



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2012

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Em 2012, o Grupo Neoenergia se consolidou entre os 40 maiores grupos privados do país e um dos mais representativos do setor elétrico brasileiro. Em decorrência da confiança do mercado e pelas perspectivas positivas apresentadas pelo Grupo, a Standard&Poor's reafirmou a nota máxima na escala nacional (brAAA) e Grau de Investimento na escala global (BBB-).

Apesar do crescimento da receita operacional bruta de 16,8% em relação a 2011, alcançando R\$ 16,3 bilhões, o lucro líquido da Neoenergia foi de R\$ 1,28 bilhão, 17,8% inferior ao obtido em 2011; e o EBITDA alcançou R\$ 2,54 bilhões, 10,9% inferior ao obtido em 2011. Essa redução do lucro líquido e do EBITDA foi resultado de circunstâncias conjunturais e medidas pontuais ocorridas em 2012.

Nesse contexto, merecem destaque fatos específicos do setor elétrico que também impactaram o nível de arrecadação, dentre eles as restrições nas ações de cobrança referentes aos débitos já existentes e na recuperação de perdas; e o aumento dos custos para combatê-las, decorrentes das regras comerciais estabelecidas pela Resolução Normativa Aneel nº 414/10 e, ainda, as consequências dos critérios dos consumidores baixa renda implementados pela Lei 12.212/10. É de se destacar também que, ao longo do exercício de 2012, o Grupo fez significativo investimento no recadastramento dos beneficiários da tarifa social baixa renda. Ao todo, foram cadastrados 993 mil consumidores em 2012, totalizando, ao final desse período, a marca de 3,6 milhões de consumidores cadastrados com a implementação da Lei.

Sem prejuízo dos esforços empreendidos pelo Grupo, houve aumento da inadimplência e, consequentemente, do nível de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa; e o incremento dos custos com serviços de terceiros, que tem relação direta com as ações de cobrança, com o recadastramento dos clientes baixa renda e com as ações de combate às perdas.

As ações tomadas pelo Grupo, no sentido de promover as adequações e otimizações necessárias em seus processos de combate às perdas e à inadimplência, já começam a apresentar resultados importantes, evidenciando o caráter conjuntural das provisões efetuadas.

A solidez do nosso Grupo pode ser demonstrada pela relação Dívida Líquida/Ebitda de 1,2 - ao final de 2012, quando a empresa encerrou o exercício com uma dívida líquida de R\$ 3,14 bilhões frente a um EBITDA de R\$ 2,54 bilhões; e a elevação do saldo de disponibilidades e aplicações financeiras, que encorrou o ano com o volume de R\$ 4,48 bilhões. Foi possível incrementar os investimentos em cerca de 57%, de R\$ 2,1 bilhões, em 2011, para R\$ 3,3 bilhões, no ano passado. Tais recursos foram destinados, principalmente, à geração e distribuição de energia.

Na área de distribuição, foram investidos, em 2012, R\$ 2,09 bilhões. Esses investimentos foram para a expansão e a modernização da rede para levar energia com ainda mais eficiência e qualidade aos nossos 9,6 milhões de clientes, número 3% maior em relação a 2011. Vale ressaltar que o Grupo tem a maior carteira de investimentos em eletrificação rural do Brasil. De 2003 até o ano passado, foram realizadas 663 mil novas ligações de clientes nas áreas rurais da Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, o que reforça nosso compromisso social em contribuir com a universalização do acesso à energia.

Em relação à sustentabilidade, destaque para os programas de eficiência energética. A Neoenergia, por meio de suas distribuidoras, substituiu, até o final de 2012, 200 mil refrigeradores antigos por novos, mais eficientes no consumo de energia, e ainda doou 1,6 milhão de lâmpadas fluorescentes. Com essas iniciativas, economizamos para o Brasil 227,5 GWh/ano, o que equivale a uma usina hidrelétrica de 47 MW, capacidade suficiente para abastecer uma cidade de 95 mil habitantes.

Outro exemplo de inovação e sustentabilidade foi a inauguração, no ano passado, da primeira usina de geração solar dentro de um estádio de futebol (Pituaçu - BA) e o início da implantação de uma segunda usina de geração solar na Arena Pernambuco, um dos estádios da Copa do Mundo de 2014. Em reconhecimento a essas e outras realizações, o Grupo Neoenergia recebeu o prêmio de "Melhor Empresa de Energia Limpa da América do Sul - 2012", concedido pela revista britânica The New Economy.

Gostaria de compartilhar, ainda, um outro importante reconhecimento: o Prêmio IASC 2012 - Nordeste (Índice Ance de Satisfação do Consumidor), conquistado pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte (Cosern) que, também, obteve a melhor avaliação do país em satisfação do cliente entre as distribuidoras que atendem acima de 400 mil consumidores residenciais.

Na área de geração, a Neoenergia continuou investindo fortemente em empreendimentos de fonte renovável. Aplicou R\$ 1,21 bilhão, com destaque para as obras da usina Teles Pires (R\$ 393,9 milhões), na divisa do Mato Grosso com o Pará; de Belo Monte (R\$ 444,4 milhões), no Estado do Pará, em que o Grupo tem 10%; e para as obras dos 10 parques eólicos construídos em parceria com a Iberdrola (R\$ 225,3 milhões). Vale ressaltar que, ainda em 2012, foi assinado o contrato de concessão da Usina Baixo Iguaçu (PR), investimento previsto na ordem de R\$ 1,6 bilhão, com capacidade instalada de 350,2 MW, o suficiente para abastecer uma população de aproximadamente 1 milhão de pessoas. Com esses empreendimentos, o Grupo espera chegar a 2019 com uma capacidade instalada de 4,087 MW.

Importante ressaltar que a Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, que trata da renovação das concessões das geradoras, distribuidoras e transmissoras do setor elétrico - não alcança as empresas do Grupo Neoenergia, uma vez que nenhuma delas tem sua concessão a vencer num horizonte próximo. A redução dos custos com geração, transmissão e dos encargos setoriais na conta de energia poderá contribuir para a redução de perdas e inadimplência.

Os resultados obtidos em 2012 permitiram uma distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio no total de R\$ 600 milhões. Esse resultado expressa o empenho e a competência do nosso time de colaboradores diretos e indiretos e o apoio de nossos parceiros, clientes e da comunidade.

O ano de 2013 será igualmente desafiador e podemos dizer, com convicção, que o Grupo Neoenergia está preparado para dar continuidade ao seu plano de investimentos. Em geração, estará atento a novas oportunidades para expandir sua capacidade de geração de energia, sempre com respeito às pessoas e ao meio ambiente. Em distribuição, manterá o foco na expansão e modernização da rede elétrica para prestar um serviço com ainda mais eficiência e qualidade.

A Neoenergia reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do País, ao mesmo tempo em que agradece aos seus colaboradores, diretos e indiretos, e a todos os seus acionistas, conselheiros, clientes, fornecedores e governos municipais, estaduais e federal.

MARCO GEOVANNI TOBIAS DA SILVA

Presidente do Conselho de Administração

1 CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2012 foi marcado por um cenário de desaceleração econômica, segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia, o PIB apresentou um crescimento de 0,9% em relação ao ano anterior, contra um crescimento de 2,7% observado em 2011. Entretanto, no Nordeste Brasileiro, região onde se concentra a maior parte das atividades do Grupo, o dinamismo econômico foi sensivelmente maior que no âmbito nacional conforme mencionado no Boletim Regional do BC, divulgado em janeiro de 2013.

O Governo adotou medidas em diversas esferas com intuito de acelerar a atividade econômica, tais como: redução dos juros, tanto o básico (SELIC), como o de longo prazo (TJLP); pacotes pontuais de desoneração para alguns setores; e mudanças legais e regulatórias nas áreas de infraestrutura.

A inflação medida pelo IPCA fechou o ano de 2012 em 5,84%, pouco abaixo da variação de 2011, que foi de 6,5%. Esse índice impacta diretamente o reajuste das tarifas de geração de energia. A taxa de câmbio fechou 2012 em R\$/US\$ 2,04 apontando uma desvalorização do real frente ao dólar americano de 8,9% quando comparada a 2011. O IGP-M acumulado em 2012 encerrou em 7,82% registrando uma aceleração em relação a 2011 que foi de 5,1%. Este índice também impacta diretamente o reajuste das tarifas de distribuição energia elétrica.

2 AMBIENTE REGULATÓRIO

2.1. REAJUSTE TARIFÁRIO 2012

A ANEEL publicou em abril de 2012, as Resoluções Homologatórias estabelecendo as tarifas a serem praticadas pela Coelba, Celpe e Cosern até abril de 2013. Tais tarifas foram reajustadas, em média, em 10,73%, 7,71% e 10,28%, respectivamente, e o efeito médio percebido pelos consumidores foi de 6,15%, 5,41% e 6,43%.

2.2. NOVA METODOLOGIA DA REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

A ANEEL definiu a metodologia para o 3º ciclo de revisões tarifárias através da Resolução Normativa nº 457 de 8 de novembro de 2011. Para as distribuidoras do Grupo Neoenergia a nova metodologia de revisão tarifária será aplicada e seus efeitos percebidos a partir de abril de 2013, quando da 3ª revisão tarifária das empresas, conforme previsto nos contratos de concessão.

A Taxa de Remuneração de Capital (WACC), que no 2º ciclo de revisões foi de 9,95% (após impostos), foi definida para o 3º ciclo de revisões com 7,50% (após-impostos). Para as empresas localizadas nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM, a ANEEL, fixou taxa diferenciada, considerando a possibilidade de obtenção de benefício Fiscal, estabelecido em Lei. Tendo em vista que a decisão administrativa desnatura benefício fixado em Lei as empresas ingressaram com ação judicial (Mandado de Segurança) através da ABRADEE, Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica, obtendo liminar em janeiro de 2012 junto à justiça federal mantendo o benefício. Em 06/03/2013 a Justiça Federal de Brasília (7ª Vara Federal), prolatou Sentença de Mérito confirmando os termos da liminar concedida e mantendo à segurança pretendida pela ABRADEE em benefício de seus associados.

Para o estabelecimento dos níveis regulatórios de custos operacionais será utilizada uma nova metodologia, baseada em benchmarking e na análise da eficiência média setorial, sendo reconhecida nas tarifas a eficiência média. Foi também definida uma trajetória de redução dos custos operacionais a ser aplicada ao longo do ciclo tarifário.

O Fator X será calculado considerando a produtividade; a qualidade e a trajetória de custos operacionais. O Fator de produtividade será estabelecido por benchmarking na qual é analisada a produtividade média setorial, considerando a evolução verificada do mercado, custos, redes e investimentos. O componente de qualidade será aplicado em função da evolução dos indicadores de qualidade da empresa (DEC e FEC), a ser apurado nos reajustes anuais entre as revisões tarifárias.

Houve ampliação do conjunto de receitas capturadas para modicidade tarifária. Especificamente para as receitas com ultrapassagem de demanda e excedente reativos, a ANEEL determinou sua destinação para Obrigações Especiais a partir da revisão tarifária do 3º ciclo, o que foi objeto de questionamento judicial pela ABRADEE.

Para perdas de receitas irrecuperáveis foi mantida a metodologia utilizada no 2º ciclo com poucas alterações. Os índices de inadimplência regulatória a serem reconhecidos passaram a ser estabelecidos por classe de consumo. Para a parcela dos encargos setoriais serão reconhecidas as inadimplências reais de cada empresa.

A metodologia utilizada para perdas de energia no 2º ciclo teve poucas alterações. Serão definidos limites máximos de trajetória de redução de perdas não técnicas considerando agrupamentos de empresas por clusters e níveis de perdas.

2.3. REVISÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Regulamentada pelo Decreto nº 7.805/2012, a Medida Provisória nº 579/2012 (posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013) dispôs sobre a renovação das concessões de transmissão, de geração e de distribuição de energia elétrica, redução de encargos setoriais e a modicidade tarifária decorrente de tais ações. O Decreto também estabeleceu até a data limite de 5 de fevereiro de 2013 para a realização da Revisão Tarifária Extraordinária para calcular as novas tarifas das distribuidoras de energia elétrica decorrentes dos efeitos da Medida Provisória.

Em 24 de Janeiro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 605/2013 que atribuiu à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, além de suas finalidades originais, o custeio de vários dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Na mesma data foi publicado o Decreto nº 7.891/2013 estabelecendo que os descontos custeados pela CDE fossem retirados da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição por ocasião da Revisão Extraordinária.

A revisão tarifária extraordinária das distribuidoras entrou em vigor em 24 de janeiro de 2013 e resultou na redução média de 20,03% na Coelba, 18,54% na Celpe e 18,73% na Cosern.

2.4. REGULAMENTAÇÃO TÉCNICA E COMERCIAL DAS ATIVIDADES DAS DISTRIBUIDORAS

A Resolução Normativa nº 414/2010 que define as condições gerais de fornecimento, sofreu algumas alterações ao longo de 2012, sendo as principais delas feitas pelas Resoluções Normativas: nº 479/2012 que entre outras modificações simplificou os processos de suspensão de fornecimento e de verificação de medidores; nº 499/2012, que modificou procedimentos para ressarcimento por danos elétricos; e nº 516/2012, que modificou procedimentos referentes ao atendimento telefônico.

Em abril de 2012, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 482, a qual estabeleceu as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuídas aos sistemas de distribuição de energia elétrica, o sistema de compensação de energia elétrica e as revisões dos Módulos 1 e 3 do PRODIST - Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional.

No mês de dezembro de 2012, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.388, que estabeleceu os valores das bandeiras tarifárias, conforme definido no Módulo 7 do PRORET - Procedimentos de Regulação Tarifária, a ter efeito a partir de 2014.

2.5. IMPLANTAÇÃO DA OUVIDORIA NAS DISTRIBUIDORAS

Em junho de 2012 foi concluído o processo de implantação das Ouvidorias nas distribuidoras Coelba, Celpe e Cosern dentro do prazo de 180 dias estabelecido na REN 470/2011 da ANEEL. Diante do que estabeleceu a Resolução, foi necessário adequar a estrutura existente que atendia as reclamações oriundas da Ouvidoria ANEEL para possibilitar o pleno cumprimento das obrigações estabelecidas.

3 MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

3.1. EVOLUÇÃO DO MERCADO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

A energia distribuída ao mercado cativo totalizou 28.936 GWh em 2012, representando um decréscimo de 0,8% em relação ao ano anterior. Essa redução foi decorrente da migração de clientes para o mercado livre de energia. Considerando que uma parcela desses clientes que migraram foi absorvida pela NC Energia, comercializadora de energia do Grupo, e adquiriram aproximadamente 941 GWh em 2012, o mercado consolidado do Grupo teve um crescimento de 2,4%, atingindo um total de 29.877 GWh em suas áreas de concessão.

Descrição	Quantidade		Participação		Variação Horizontal
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
Residencial	11.157.382	10.820.435	38,6%	37,1%	336.947 3,11%
Industrial	4.907.196	6.207.219	17,0%	21,3%	(1.300.023) (20,94%)
Comercial	5.932.413	5.786.543	20,5%	19,8%	145.871 2,52%
Rural	2.401.861	1.991.274	8,3%	6,8%	410.587 20,62%
Poder Público	1.486.435	1.409.109	5,1%	4,8%	77.326 5,49%
Iluminação Pública	1.329.879	1.321.273	4,6%	4,5%	8.606 0,65%
Serviço Público	1.689.151	1.610.154	5,8%	5,5%	78.998 4,91%
Consumo Próprio	31.775	32.204	0,1%	0,1%	(430) (1,33%)
Total	28.936.093	29.178.211	100,0%	100,0%	(242.118) (0,83%)

3.2. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CLIENTES

A classe de consumo residencial representa 87,7% do total de consumidores do Grupo e a composição dos clientes por classe, está assim composta, de forma consolidada em 2012:

Descrição	Quantidade		Participação		Variação Horizontal
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
Residencial	8.489.313	8.217.153	87,7%	87,4%	272.160 3,31%
Industrial	37.417	38.381	0,4%	0,4%	(964) (2,51%)
Comercial	599.111	586.965	6,2%	6,2%	12.146 2,07%
Rural	432.192	436.538	4,5%	4,6%	(4.346) (1,00%)
Poder Público	81.429	80.403	0,8%	0,9%	1.026 1,28%
Iluminação Pública	27.849	27.085	0,3%	0,3%	764 2,82%
Serviço Público	14.620	13.324	0,2%	0,1%	1.296 9,73%
Consumo Próprio	1.537	1.486	0,0%	0,0%	51 3,43%
Suprimento	37	43	0,0%	0,0%	(6) (13,95%)
Total	9.683.505	9.401.378	100,0%	100,0%	282.127 3,00%

Em decorrência das mudanças de critérios fixados pela Lei nº 12.212, de 2010, passou a ser obrigado o cadastramento junto ao Cadastro Único do Governo Federal e renda de até 1/2 salário mínimo por pessoa para manutenção pelos consumidores do benefício de baixa renda. Dessa forma, extinguiu-se o antigo critério regulatório da ANEEL de enquadramento da tarifa social baseado no consumo médio de energia, gradativamente eliminado por faixas de consumo.

Não obstante as campanhas de mídia e comerciais promovidas pelas distribuidoras do Grupo Neoenergia, que permitiu aumentar em mais de 50% o número de famílias cadastradas que atendem ao novo critério, ainda assim, houve a perda do benefício para cerca de 2 milhões de unidades consumidoras que migraram para a tarifa residencial normal (sem desconto) até o fim do cronograma de implementação das novas regras, sendo cerca de 1 milhão somente na Coelba. Nesse contexto, as empresas do Grupo têm trabalhado para o cadastramento de novas famílias de baixa renda em parceria com as prefeituras, sendo que ao longo de 2012 recadastrou-se 993 mil domicílios na tarifa social, de forma a contribuir para a redução das perdas e melhoria da arrecadação.

Abaixo a movimentação dos clientes baixa renda:

Quantidade de Clientes	Antes da Lei nº 12.212		Depois da Lei nº 12.212		Variação
	Lei nº 12.212	Clientes não Recadastrados	31/12/12	31/12/11	
Coelba	2.596.124	636.108	1.960.016	1.433.337	526.679
Celpe	1.591.383	334.732	1.256.651	869.838	386.813
Cosern	449.294	72.818	376.475	296.805	79.671
Total	4.636.801	1.043.658	3.593.143	2.599.980	993.163

3.3. BALANÇO ENERGÉTICO

Informamos abaixo o balanço energético combinado da Coelba, Celpe e Cosern:

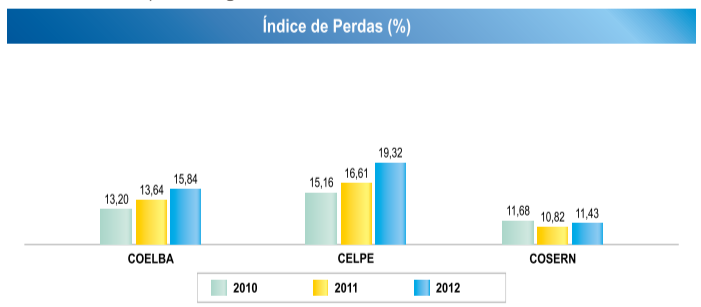
CCLEAR	%	CONTRATOS		MERCADO		RESIDENCIAL	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
27.801.995	76,2%	36.836.812	83,0%	28.936.093	73,5%	11.157.383	38,6%
27.302.306	75,2%	36.175.724	88,3%	29.178.212	79,3%	10.820.435	37,1%
2,20%		1,27%		-0,83%		3,11%	
PARQUES	22,8%	GERAÇÃO	0,0%	MERCADO LIVRE	9,6%	INDUSTRIAL	17,0%
8.293.886	22,8%	15.038	0,0%	3.766.665	9,6%	4.907.196	17,0%
8.284.127	22,9%	14.582	0,0%	2.190.380	6,0%	6.207.219	21,3%
0,12%		3,13%		71,96%		-20,84%	
PROFINA	2,1%	PERDAS REDE	2,0%	REJUNTA	16,5%	COMERCIAL	19,8%
777.927	2,1%	(773.813)	(2,0%)	30.381.419	16,5%	5.932.413	20,5%
767.002	2,1%	(733.915)	(2,0%)	36.783.937	14,3%	5.786.543	19,8%
2,78%		5,41%		25,53%		2,52%	
MSCD	0,9%	MERCADO LIVRE	8,6%	PERDA	0,4%	RURAL	4,6%
(338.195)	(0,9%)	3.337.225	8,6%	167.157	0,4%	2.401.861	8,3%
(167.711)	(3,3%)	1.183.237	3,2%	144.309	0,4%	1.991.274	6,8%
101,65%		(82.045)		15,83%		20,62%	
		INTERCÂMBIO	0,4%	INTERCÂMBIO	0,4%	OUTROS	15,7%
		167.157	0,4%	167.157	0,4%	4.537.240	15,7%
		144.310	0,4%	144.310	0,4%	3.772.740	15,0%
		15,83%		Variação		3,76%	

3.4. PERDAS

As perdas globais de energia são acompanhadas nas distribuidoras através do índice percentual que compara a relação entre a energia fornecida/faturada e a energia requerida/comprada, acumulados no período de 12 meses.

Para combater às perdas em 2012 foram realizadas ações, onde podem ser destacadas: inspeções em unidades consumidoras, blindagem de redes e caixas de medição, verificação de ligações clandestinas.

A seguir apresentamos o histórico das perdas totais de distribuição (técnicas e comerciais) das distribuidoras do Grupo Neoenergia.



O Índice de Perdas de 2012 nas três distribuidoras sofreu elevação, em relação a 2011, conforme gráfico acima. Tal aumento teve como influências principais a mudança nos critérios de classificação dos consumidores baixa renda e o aumento do número de clientes que permaneceram desligados após a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inadimplência.

4 DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. QUALIDADE NO FORNECIMENTO

Os principais indicadores que medem a qualidade do sistema elétrico, DEC (Duração das Interrupções por Consumidor) e FEC (Frequência das interrupções), refletiram por mais um ano a forte incidência de chuvas em um período prolongado na região Nordeste.

A seguir a evolução da Duração das Interrupções por Consumidor - DEC e da Frequência das interrupções - FEC, sem supridora:

	COELBA			CELPE			COSERN		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
DEC (Sem Supridora)	24,81	21,93	19,58	16,41	16,24	19,21	12,30	14,54	14,00
Efeito Supridora (DEC)	1,78	0,73	0,40	0,69	0,26	0,11	0,42	1,01	0,48
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
FEC (Sem Supridora)	10,14	9,23	8,						



→ Continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		P A S S I V O	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11			31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	(6)	2.803.859	3.150.422	4.261.877	4.074.308	Fornecedores	(18)	2.078	2.422	1.097.359	808.887
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	(7)	62	62	2.079.092	2.092.260	Empréstimos e financiamentos	(19)	1.006	762	718.867	812.079
Títulos e valores mobiliários	(8)	124.719	59.523	186.112	338.207	Debêntures	(20)	-	-	436.551	433.525
Impostos e contribuições a recuperar	(9)	108.708	101.025	461.470	367.874	Salários e encargos a pagar	(21)	4.036	216	93.864	65.439
Estoques		-	-	27.620	22.927	Taxas regulamentares	(22)	-	-	129.479	109.130
Despesas pagas antecipadamente		-	-	15.155	24.675	Impostos e contribuições a recolher	(23)	32.858	17.422	415.144	342.641
Entidade de previdência privada		-	-	10.351	6.555	Dividendos e juros sobre capital próprio	(24)	142.937	133.910	190.662	157.868
Serviços em curso	(11)	-	-	68.071	66.220	Provisões	(25)	13	-	65.700	46.240
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(16)	-	-	34.699	31.549	Entidade de previdência privada		-	-	16.313	15.233
Outros ativos circulantes	(13)	10.147	10.107	109.014	78.556	Partes relacionadas		56	1.010	-	3.276
TOTAL DO CIRCULANTE		3.047.495	3.321.139	7.253.461	7.103.131	Concessão do serviço público (uso do bem público)		-	-	4.249	4.994
NÃO CIRCULANTE						Outros passivos circulantes	(26)	-	5	284.976	256.090
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	(7)	-	-	579.061	907.912	TOTAL DO CIRCULANTE		182.984	155.747	3.453.164	3.055.402
Títulos e valores mobiliários	(8)	-	-	40.298	8.673	NÃO CIRCULANTE					
Impostos e contribuições a recuperar	(9)	-	-	114.892	89.227	Fornecedores	(18)	-	-	66.435	61.159
Partes relacionadas		33.802	56.856	3.471	42.511	Empréstimos e financiamentos	(19)	4.925	5.911	5.340.773	4.109.711
Dividendos a receber		185.876	67.386	-	-	Debêntures	(20)	-	-	1.127.338	1.199.164
Juros sobre capital próprio a receber		154.326	64.662	-	-	Taxas regulamentares	(22)	-	-	53.129	78.002
Impostos e contribuições sociais diferidos	(10)	27.728	29.164	651.209	689.091	Impostos e contribuições a recolher	(23)	-	-	10.219	10.458
Depósitos judiciais	(12)	121.247	95.764	378.620	299.200	Impostos e contribuições sociais diferidos	(10)	-	-	6.537	-
Entidade de previdência privada		-	-	28.821	37.596	Provisões	(25)	91.604	86.365	308.449	272.277
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(16)	-	-	2.580.049	1.145.543	Entidade de previdência privada		-	-	284.789	281.188
Outros ativos não circulantes	(13)	15.182	15.135	22.427	25.744	Partes relacionadas		-	-	23	-
Investimentos	(14)	8.152.194	7.556.899	322.350	163.873	Concessão do serviço público (uso do bem público)	(26)	-	-	72.497	66.189
Investimentos em coligadas e controladas		8.152.194	7.556.899	295.384	136.081	Outros passivos não circulantes	(26)	-	-	70.931	37.062
Outros investimentos		-	-	26.966	27.792	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	(27)	96.529	92.299	7.341.097	6.115.210
Imobilizado	(15)	26.567	27.268	4.554.709	3.783.529	Capital social		4.739.025	4.739.025	4.739.025	4.739.025
Intangível	(17)	48.302	56.099	6.824.999	6.857.566	Reservas de capital		6.451	61.400	6.451	61.400
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.765.224	7.969.233	16.100.906	14.050.465	Reservas de lucro		6.770.844	6.045.590	6.782.490	6.045.590
TOTAL DO ATIVO		11.812.719	11.290.372	23.354.367	21.153.596	Outros resultados abrangentes		6.451	61.400	6.451	61.400
						Proposta de distribuição de dividendos adicional		14.598	194.023	14.598	194.023
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.533.206	11.042.326	11.544.852	11.042.326
						Participação dos não controladores		-	-	1.015.254	940.658
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO				12.560.106	11.982.984
						TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.812.719	11.290.372	23.354.367	21.153.596

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
RECEITA LÍQUIDA	(28)	2.826	17.010	11.810.628	9.770.849
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(29)	-	-	(8.214.537)	(6.258.011)
LUCRO BRUTO		2.826	17.010	3.596.091	3.512.838
Despesas com vendas	(29)	-	-	(1.057.306)	(707.226)
Despesas gerais e administrativas	(29)	(23.920)	(21.040)	(582.343)	(450.571)
Resultado de participações societárias		1.064.583	1.257.437	(99.027)	(151.070)
Equivalência patrimonial	(14)	1.160.938	1.408.107	(1.506)	473
(-) Provisão para desvalorização de investimento	(14)	-	(51.245)	-	(51.245)
Amortização de ágio	(14)	(96.355)	(99.425)	(97.521)	(100.298)
LUCRO OPERACIONAL		1.043.489	1.253.407	1.857.415	2.203.971
Receitas financeiras	(30)	246.109	333.360	916.765	920.584
Despesas financeiras	(30)	(20.950)	(33.335)	(945.481)	(1.009.381)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.268.648	1.553.432	1.828.699	2.115.174
Imposto de renda e contribuição social	(10)	(4.163)	(1.804)	(275.949)	(270.077)
Corrente	(10)	(6.051)	(3.824)	(456.996)	(483.903)
Diferido	(10)	1.888	2.020	9.298	9.503
Imposto de renda - SUDENE	(10)	-	-	220.267	256.291
Amortização ágio e reversão PMIPL	(10)	-	-	(48.518)	(51.968)
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		1.264.485	1.551.628	1.552.750	1.845.097
Participações dos acionistas não controladores		-	-	(276.619)	(293.469)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.264.485	1.551.628	1.276.131	1.551.628
LUCRO BÁSICO DILUÍDO POR AÇÃO:					
Ordinária		0,22	0,27	0,22	0,27

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

Lucro do período	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Outros resultados abrangentes				
Ganhos de participação relativa em investida	9.774	60.991	9.775	75.312
Tributos s/ ganhos de participação relativa em investida	(3.323)	(20.737)	(3.324)	(25.606)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	6.451	40.254	6.451	49.706
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	1.270.936	1.591.882	1.559.201	1.894.803
Atribuível a:				
Acionistas controladores	1.270.936	1.591.882	1.282.582	1.591.882
Acionistas não controladores	-	-	276.619	302.921

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receitas				
Vendas de energia, serviços e outros	3.220	17.010	16.370.061	14.019.582
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(577.721)	(296.653)
Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	-	-	(18.432)	(289)
Receitas totais	3.220	17.010	15.773.908	13.722.640
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(4.855.307)	(3.549.736)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	-	-	(674.199)	(589.855)
Matérias-primas consumidas	-	-	(226.757)	(188.440)
Matérias, serviços de terceiros e outros	(8.327)	(11.850)	(2.865.989)	(2.181.194)
Valor adicionado bruto	(5.107)	5.160	(8.622.252)	(6.509.225)
Depreciação e amortização	(99.549)	(102.602)	(695.007)	(660.455)
Perda e recuperação de valores ativos	-	(51.245)	-	(51.245)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(104.656)	(148.687)	6.456.649	6.501.715
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	246.109	333.360	916.765	920.584
Resultado de equivalência patrimonial	1.160.938	1.408.107	(1.506)	473
Valor adicionado total a distribuir	1.302.391	1.592.780	7.371.908	7.422.772
Distribuição do valor adicionado				
• Pessoal				
Remunerações	-	-	275.736	242.851
Encargos sociais (exceto INSS)	563	-	64.404	58.557
Entidade de previdência privada	-	226	21.585	22.854
Auxílio-alimentação	67	22	29.957	26.126
Convênio assistencial e outros benefícios	1.160	2	18.789	20.611
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	4.000	-	30.907	13.009
Provisão para férias e 13º salário	-	53	65.210	58.398
Plano de saúde	145	89	24.097	29.464
Indenizações trabalhistas	-	1.130	21.522	22.438
Participação nos resultados	-	-	49.388	36.695
Administradores	6.079	3.931	18.195	13.291
Encerramento de ordem em curso	-	-	5.636	5.735
(-) Transferência para ordens	-	-	(153.486)	(132.775)
• Governo				
INSS (sobre folha de pagamento)	193	332	70.380	59.118
ICMS	-	-	2.610.050	2.377.395
PIS/COFINS sobre faturamento	326	-	809.042	720.478
Imposto de renda e contribuição social	4.163	1.804	275.949	270.077
Obrigações intrasféricas	-	-	603.681	695.186
Outros	135	116	17.936	16.087
• Financiamentos				
Juros e variações cambiais	20.950	33.335	934.614	1.006.050
Aluguéis	125	112	14.699	12.699
Outros	-	-	10.867	3.331
• Acionistas				
Juros sobre capital próprio	336.433	543.000	336.433	543.000
Dividendos distribuídos	249.600	-	249.600	-
Dividendos propostos	14.598	194.023	14.598	194.023
Lucro retido (reserva legal)	63.224	77.582	63.224	77.582
Reserva de retenção de lucro	600.630	737.023	600.630	737.023
Reserva de lucros a realizar	-	-	11.646	-
Participação dos não controladores	-	-	1.015.254	940.658
Valor adicionado distribuído	1.264.485	1.551.628	1.552.750	1.845.097

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

||
||
||



→ Continuação

BALANÇOS SOCIAIS CONSOLIDADOS - INFORMAÇÃO ADICIONAL (NÃO AUDITADO)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Informações monetárias em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 - BASE DE CÁLCULO	2012				2011			
	R\$ mil				R\$ mil			
Receita Líquida (RL)	11.810.628				9.770.849			
Resultado Operacional (RO)	1.857.415				2.203.971			
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	520.542				453.518			
Valor Adicionado Total (VAT)	7.371.908				7.422.772			
	% sobre				% sobre			
	FPB	RL	VAT		FPB	RL	VAT	
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (1)	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Alimentação	29.970	5,76	0,25	0,41	24.310	5,36	0,25	0,33
Encargos sociais compulsórios	129.731	24,92	1,10	1,76	115.003	25,36	1,18	1,55
Previdência privada	23.962	4,60	0,20	0,33	25.987	5,73	0,27	0,35
Saúde	25.488	4,90	0,22	0,35	26.769	5,90	0,27	0,36
Segurança e saúde no trabalho	4.038	0,78	0,03	0,05	6.691	1,48	0,07	0,09
Educação	1.832	0,35	0,02	0,02	1.947	0,43	0,02	0,03
Cultura	-	-	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	32.681	6,28	0,28	0,44	6.251	1,38	0,06	0,08
Creches ou auxílio-creche	2.157	0,41	0,02	0,03	1.960	0,43	0,02	0,03
Esporte	262	0,05	-	-	53	0,01	-	-
Transporte	5.911	1,14	0,05	0,08	3.814	0,84	0,04	0,05
Participação nos lucros ou resultados	49.875	9,58	0,42	0,68	35.708	7,87	0,37	0,48
Outros	3.428	0,66	0,03	0,05	5.516	1,22	0,06	0,07
Total - Indicadores sociais internos	309.335	59,42	2,62	4,19	254.009	55,99	2,60	3,42
	% sobre				% sobre			
	RO	RL	VAT		RO	RL	VAT	
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Educação	818	0,04	0,01	0,01	1.560	0,07	0,02	0,02
Cultura	56.881	3,06	0,48	0,77	635	0,03	0,01	0,01
Projeto Faz Cultura	-	-	-	-	-	-	-	-
Lei Rouanet	483	0,03	-	0,01	-	-	-	-
Lei Audiovisual	700	0,04	0,01	0,01	635	0,03	0,01	0,01
Fundo de Cultura	-	-	-	-	-	-	-	-
Cine Coelba	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	441	0,02	-	0,01	532	0,02	0,01	0,01
Esporte	125	0,01	-	-	118	0,01	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento Social	1.201.848	64,71	10,18	16,31	672.650	30,52	6,88	9,09
Luz para Todos	-	-	-	-	672.598	30,52	6,88	9,09
Universalização	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	52	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	94.829	5,11	0,80	1,29	84.470	3,83	0,86	1,14
Outros	1.093	0,06	0,01	0,01	834	0,04	0,01	0,01
Total das contribuições para a sociedade	1.356.035	73,01	11,48	18,40	760.799	34,52	7,79	10,28
Tributos (exceto encargos sociais)	4.042.215	217,63	34,23	54,85	3.935.771	178,58	40,28	53,20
Total - Indicadores sociais externos	5.398.250	290,62	45,71	73,26	4.696.570	213,09	48,07	63,48
	% sobre				% sobre			
	RO	RL	VAT		RO	RL	VAT	
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Investimentos relacionados com a operação da empresa	-	-	-	-	-	-	-	-
Manejo da vegetação	-	-	-	-	-	-	-	-
Substituição de equipamentos	630	0,03	0,01	0,01	-	-	-	-
Reciclagem de óleo	-	-	-	-	-	-	-	-
Licenciamento ambiental	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede compacta ou isolada	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação ambiental	19	-	-	-	-	-	-	-
Energia solar fotovoltaica	-	-	-	-	-	-	-	-
Sistema de gestão ambiental	858	0,05	0,01	0,01	7.430	0,34	0,08	0,10
Outros projetos ambientais	510	0,07	-	0,01	42	-	-	-
Total dos investimentos relacionados com a operação da empresa	2.017	0,18	0,02	0,02	7.472	0,35	0,08	0,10
Investimento em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Eficientização energética	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Educação ambiental para comunidade	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	1.258	0,07	0,01	0,02	1.455	0,07	0,01	0,02
Outros	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Total dos investimentos em programas e/ou projetos externos	1.258	0,06	0,01	0,02	1.455	0,07	0,02	0,02
Total dos investimentos em meio ambiente	3.275	0,18	0,03	0,04	8.927	0,41	0,09	0,12
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	-	-	-	149	-	-	-	53
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental determinadas administrativa e/ou judicialmente	-	-	-	5	-	-	-	2.258
Passivos e contingências ambientais	-	-	-	-	-	-	-	-

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL		2012		2011	
Nº de empregados(as) ao final do período		5.236		5.149	
Nº de admissões durante o período		599		433	
Nº de desligamentos durante o período		554		442	
Nº de empregados(as) terceirizados (1)		22.623		19.890	
Nº de estagiários(as) (1)		371		385	
Nº de empregados acima de 45 anos		2.374		2.634	
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:					
menores de 18 anos		1		-	
de 18 a 35 anos		2.132		1.821	
de 36 a 60 anos		3.102		3.278	
acima de 60 anos		31		50	
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por: analfabetos		-		-	
com ensino fundamental		395		405	
com ensino médio		888		1.696	
com ensino técnico		1.902		924	
com ensino superior		1.711		1.615	
pós-graduados		373		444	
Nº de empregados por sexo:					
homens		4.076		3.999	
mulheres		1.190		1.150	
% de cargos de chefia por sexo:					
homens		80%		79%	
mulheres		20%		21%	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		734		2.640	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		10%		31%	
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (1)		135		138	
Remuneração bruta segregada por:					
Empregados		342.084		310.221	
Administradores		11.808		9.653	
Terceirizados		-		760	
Autônomos		-		-	
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL					
		2012		2011	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		42		101	
Nº total de acidentes de trabalho		79		166	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva	() não se envolve	() apoia
		2012		2011	
Contencioso Cível:					
Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):		289.868		332.673	
na empresa		868		2.884	
no procon		20.329		23.238	
na justiça		-		-	
% das reclamações e críticas solucionadas:					
na empresa		100%		100%	
no procon		80%		99%	
na justiça		70%		85%	
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça		35.003		22.591	
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:					
1 - Contagem do prazo de 15 dias para suspensão do fornecimento pela data de apresentação da fatura e não da emissão da mesma		-		-	
2 - Alteração nas planilhas dos processos de irregularidade no SAP/CCS;		-		-	
3 - Procedimento para aplicação de sazonalidade para consumidores não industrial;		-		-	
4 - Suspensão de cobrança de diferença de consumo para consumidor regular com derivação do ramal para terceiros;		-		-	
5 - Orientação para classificação correta de Quadra de Esportes do poder público;		-		-	
6 - Contratação de consultoria para diagnosticar e propor melhorias do processo de RDE, Irregularidade e Qualidade do Fornecimento.		-		-	
Observações:					
(1) - Os valores que compõem os indicadores sociais internos abrangem os colaboradores e os administradores. Não possuímos os valores de terceirizados e autônomos.					
Contingências e passivos trabalhistas:					
Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade julgados procedentes		1.739		1.830	
julgados improcedentes		978		811	
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça		245		187	
		40.441		30.862	
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)					
		Em 2012: 7.369.691		Em 2011: 7.398.742	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):					
		59,51% governo		55,75% governo	
		6,40% colaboradores(a)		5,62% colaboradores(a)	
		11,90% acionistas		13,86% acionistas	
		13,02% terceiros		13,77% terceiros	
		9,16% retido		10,97% retido	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações Gerais

A NEOENERGIA S.A. ("NEOENERGIA" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades dedicadas primariamente às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.

A sede da Companhia está localizada na Praia do Flamengo, 78 - 3º andar - Flamengo - Rio de Janeiro-RJ.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis intermediárias em 30 de janeiro de 2013 as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e controlada em conjunto, segregadas por atividade de negócio:

Empresas Controladas	Ref.	Percentual da Participação (%)			
		31/12/12		31/12/11	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
DISTRIBUIÇÃO					
COELBA		87,84	-	87,84	-
CELPE		89,65	-	89,65	-
COESERN		84,47	-	84,45	-
GERAÇÃO					
AFLUENTE GERAÇÃO BAGUARI I		87,84	-	87,84	-
BAHIA PCH I		99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA		99,99	0,01	99,99	0,01
GERAÇÃO CIII		-	-	-	-
ENERGÉTICA CORUMBÁ III	(e)	-	15,58	-	15,58
GOIÁS SUL		99,99	0,01	99,99	0,01
ITAPEBI		42,00	-	42,00	-
RIO PCH I		70,00	-	75,00	-
TERMOAQU		23,13	-	23,13	-
TERMOPERNAMBUCO		99,99	0,01	99,99	0,01
GERAÇÃO CEU AZUL	(a)	99,99	0,01	99,99	0,01

**➔ Continuação**

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, as empresas do Grupo adotam o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

As Controladas Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco têm direito à redução do Imposto de Renda por meio do incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no lucro da exploração (*vide* Nota Explicativa nº 10).

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferido passivo é integralmente reconhecido. O reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido ativo ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

3.5 - Imposto sobre vendas

Recargas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.6 - Instrumentos financeiros**a) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, além de outros créditos realizáveis por caixa.

3.1.1 Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

• Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

• Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração do resultado.

• Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

• Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- As Controladas transferiram os seus direitos de receberem fluxos de caixa do ativo ou assumiram uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) as Controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) as Controladas não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiram o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros das empresas do Grupo são empréstimos e financiamentos, além dos derivativos classificados como valor justo por meio do resultado. As empresas do Grupo determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros das empresas do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

• Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem derivativos

• Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros e os ajuste decorrentes da aplicação do método são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.6 - Instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.7 - Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia firma contratos derivativos de swap com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais e nas taxas de juros.

A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos (*vide* Nota Explicativa nº 33).

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo desses derivativos são lançados diretamente na demonstração do resultado, no resultado financeiro.

3.8 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - mantidas para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas-base das demonstrações financeiras, apurados pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores justos.

3.9 - Contas a receber de clientes e outros

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios, energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e também por meio de contratos bilaterais e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

3.10 - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

3.11 - Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

3.12 - Outros investimentos

Representam investimentos em bens imóveis, quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

3.13 - Concessão do serviço público (ativo financeiro)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e que não serão amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas IPCC 01 - (R1) Contrato de Concessão e IPCC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A atualização monetária do ativo financeiro reconhecida no resultado é efetuada trimestralmente, considerando a atualização pelo IGPM, como forma de distribuir linearmente ao longo do exercício o reajuste da denominada Base Tarifária, que é corrigida anualmente por esse índice. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas no patrimônio líquido como Outros Resultados Abrangentes. Na data da revisão tarifária da Coelba e Cosern, que ocorre a cada cinco anos, e da Celpe, que ocorre a cada quatro anos, (próxima revisão tarifária prevista para abril de 2013), o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

3.14 - Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. Inclui principalmente os ativos de geração e ativos administrativos.

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

3.15 - Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, 677 de 13 de dezembro de 2009 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 (R1) - Ativos Intangíveis, os IPCC 01 - (R1) Contrato de Concessão e IPCC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 - Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para o cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando em valor superior àquele registrado contabilmente (*vide* Nota Explicativa nº 17).

3.16 - Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. O teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis de vida útil indefinida e ágio por expectativa de rentabilidade futura é efetuado pelo menos anualmente (31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação equânime consultativa, entre partes concorrentes e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas distribuições do Grupo houve a avaliação do valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

3.17 - Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações em moeda nacional e estrangeira são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infraestrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008 e 672, de 20 de outubro de 2011, que aprovaram, respectivamente, o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificado são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

3.18 - Taxas regulamentares**a) Reserva Global de Reversão (RGR)**

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas técnicas que são acionadas para garantir as incertezas elétricas e subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Programas de Eficiência Energética (PEE)

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

f) Encargo do Serviço de Sistema - ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

g) Uso de bem público

Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica, o qual é registrado pelo valor das retribuições ao poder concedente pelo aproveitamento do potencial hidroelétrico, descontada a valor presente a taxa implícita do projeto.

h) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidroelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculado pelo valor da energia produzida.

3.19 - Participação nos resultados

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

3.20 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as Normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica IPCC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social das empresas do Grupo estabelece que no mínimo 25% do lucro líquido anual seja declarado a título de dividendos, após destinação da reserva legal.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, as Companhias registram a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido.

As empresas do Grupo distribuem juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para as controladas.

3.21 - Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

O Grupo possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução no resultado financeiro.

O método de unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos no resultado do exercício.

3.22 - Provisões

O Grupo registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências ambientais, fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

O Grupo também está sujeito a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso Normal das atividades de negócios. O julgamento das Companhias do Grupo são baseadas na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

3.23 - Outros ativos e passivos circulares e não circulares

Outros ativos e passivos, circulares e não circulares sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

3.24 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

3.25 - Questões ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais consubstanciadas nas provisões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os "condicionantes ambientais" exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. Nesse particular, estão enquadrados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA e o Instituto do Meio Ambiente - IMA, este na esfera estadual.

Os "condicionantes ambientais" correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente, onde será realizado o empreendimento.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONGs e outros entes que promovem a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avançados entre as partes.

3.26 - Segmento de negócios

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento, correspondente ao IFRS 8 - Operating segments, segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

3.27 - Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo nas datas de aquisição das parcelas adicionais, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas, de acordo com o CPC 38, na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

3.28 - Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03"). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado ("CPC 09").

3.29 - Novos pronunciamentos contábeis

3.29.1 - Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012
Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2012.

São relevantes à avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

• IPCC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos - aprovado pela Deliberação CVM nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta Norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

• IPCC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - aprovado pela Deliberação CVM nº 687, de 4 de outubro de 2012. A revisão desta Norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

• CPC 17 (R1)/IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM nº 691, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta Norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

• CPC 18 (R2)/IAS 2



Continuação

(g) Reclassificação de ativos de transmissora Nandimba para Concessão do Serviço público (Ativos financeiros) como prevê o ICPC 01. Os montantes decorrentes dessa reclassificação estão assim distribuídos:
D - Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) - Circulante 4.485
D - Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) - Não Circulante 48.197
C - Imobilizado (52.682)
(h) Reconhecimento de obrigações com fornecedores entre outros em contrapartida de ativos em construção (Imobilizado). Segue composição dos valores:
D - Imobilizado 19.809
D - Fornecedores - Circulante (17.882)
D - Outros passivos circulantes (1.927)
C - Reclassificação de saldos a pagar tributos em contestação na Neoenergia para provisões no valor de R\$ 85.778.
A seguir quadro com alterações na Demonstração de Resultado do ano de 2011:

Ref.	Consolidado 31/12/11		
	Publicado	Reclassificação	Reclassificado
Demonstração do Resultado			
Custo dos serviços prestados	(a)	(6.434.863)	(6.258.011)
Despesas com vendas	(a)	(530.426)	(707.226)
Despesas gerais e administrativas	(a)	(450.519)	(52)
Corrente	(b, c)	(478.996)	(483.903)
Diferido	(b)	3.988	5.515
Imposto de renda - SUDENE	(c)	256.899	(608)
(a) Ajuste na transferência por atividade da despesa com PCLD;			
(b) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido correntes reclassificados para linha específica.			
(c) Outros incentivos fiscais reclassificados, tais como: Lei de incentivo áudio visual e Lei de incentivo à cultura (Lei Rouanet).			

Procedimentos de Consolidação

A demonstração contábil consolidada foi preparada de acordo com as Normas estabelecidas pelo CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas e pela Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, que incluem a Neoenergia, suas controladas e controladas em conjunto.
As demonstrações contábeis das controladas em conjunto relacionadas no quadro a seguir foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações das investidas.
Segue quadro com resumo das posições patrimoniais totais das controladas em conjunto:

Investidas	Data-base	Part. (%)	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Líquido
TERMOAÇU	2012	23,13	139.737	680.769	68.318	118	752.070	
FORÇ. EÓLICA DO BRASIL	2011	23,13	89.580	712.078	68.260	34	733.364	
FORÇ. EÓLICA PARTICIPAÇÕES	2012	50,00	7.754	416.289	4.569	88	419.386	
CALANGO I	2011	50,00	-	8.256	-	-	8.256	
CALANGO II	2012	50,00	32.388	176.327	572	37.855	170.288	
CALANGO III	2012	50,00	18.034	41.411	3.701	26.785	28.959	
CALANGO IV	2011	50,00	227	435	-	660	2	
CALANGO V	2012	50,00	43.163	39.304	4.389	47.104	30.974	
MEL II	2011	50,00	227	435	-	660	2	
ARIZONA I	2012	50,00	45.356	34.331	1.841	48.292	29.554	
CAETITÊ I	2011	50,00	20.270	290	-	508	2	
CAETITÊ II	2012	50,00	20.270	33.114	1.155	23.586	28.737	
CAETITÊ III	2011	50,00	220	290	-	508	2	
TELES PIREZ	2012	50,00	41.448	33.833	1.255	45.577	28.449	
TELES PIREZ PARTICIPAÇÕES	2011	50,00	220	290	-	508	2	
MEL II	2012	50,00	8.031	75.319	4.570	51.479	27.301	
ARIZONA I	2011	50,00	6.248	1.600	6	7.824	18	
CAETITÊ I	2012	50,00	51.863	38.584	1.818	55.416	33.213	
CAETITÊ II	2011	50,00	162	754	-	914	2	
CAETITÊ III	2012	50,00	29.867	47.947	1.598	29.795	46.415	
TELES PIREZ	2011	50,00	472	952	-	1.421	3	
TELES PIREZ PARTICIPAÇÕES	2012	50,00	42.888	59.203	3.838	42.289	55.964	
MEL II	2011	50,00	2.286	980	-	3.256	8	
ARIZONA I	2012	50,00	43.905	52.527	1.437	41.761	53.234	
CAETITÊ I	2011	50,00	472	952	-	1.421	3	
CAETITÊ II	2012	50,00	127.826	1.545.306	97.532	850.154	725.446	
CAETITÊ III	2011	50,00	360.273	462.147	368.843	72.774	381.258	
TELES PIREZ PARTICIPAÇÕES	2012	50,00	308.026	728.042	2	677.701	358.365	
MEL II	2011	100,00	-	190.860	-	-	190.860	

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do Grupo. As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações em capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.
- Capitalização dos encargos financeiros decorrentes das captações aos ativos atribuíveis.
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

Para fins de apresentação da demonstração contábil consolidada, o ágio pago pela Neoenergia S.A. na aquisição de investimentos, o qual é atribuído à concessão, foi classificado no ativo intangível. Segue abaixo quadro de conciliação do resultado:

Acumulado de 1º/12 a 31/12/12	1.264.485
Resultado financeiro líquido capitalizado	(a)
RESULTADO CONSOLIDADO	1.276.131
(a) Corresponde aos encargos decorrentes de captação de recursos de terceiros por Telespires Participações para investimento na Cia. Hidrelétrica Telespires S.A. e aplicação na construção da usina.	

Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas
As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

a) Bifurcação dos bens da concessão do serviço público - ativo financeiro indenizável e ativo intangível
As Companhias Controladas do Grupo adotam a premissa de que os bens são reversíveis no final do contrato de concessão, com direito de recebimento integral de indenização pelo poder concedente, sobre os investimentos ainda não amortizados e estimou o ativo financeiro indenizável oriundo da concessão, considerando os investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, sendo tais montantes classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos clientes.

Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, as Companhias adotam a premissa de que será indenizada pelo valor residual contábil ao final da concessão. Essa determinação impactou a base de formação dos ativos que possuem cláusula de indenização prevista no contrato de concessão, norteados pela ICPC-01 (IFRIC-12).

b) Contratos de construção
Em atendimento ao CPC 17 e ICPC 01, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura, considerando que no negócio de distribuição de energia elétrica no Brasil não há margem nos serviços de construção.

Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, já que os valores desdobrados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na Base de Remuneração Regulatória da Sociedade. A atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica, não sendo prevista, na estrutura tarifária, a remuneração com margem diferente de zero, sobre os serviços de construção.

c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraram a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

d) Provisões para riscos tributários, civis, regulatórios e trabalhistas
A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de audiências ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

f) Benefícios pós-emprego
O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

Caixa e Equivalente de Caixa

	31/12/12		31/12/11	
	Consolidado	Reclassificado	Consolidado	Reclassificado
Caixa e depósitos bancários à vista	73	147	93.565	94.922
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.197.621	1.159.882	1.242.399	1.239.928
Fundos de investimento	1.606.165	1.990.393	2.925.913	2.739.458
Total	2.803.859	3.150.422	4.261.877	4.074.308

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo no ato de realização.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos visando a melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

As demais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDBs, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa a percentuais que variam de 95% a 101%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber

As contas a receber de clientes e outros estão compostas da seguinte forma:

Ref.	Consolidado	
	31/12/12	31/12/11
Consumidores	(a)	3.013.188
Títulos a receber	(b)	164.091
Comercialização de energia na CCEE	(c)	132.045
Disponibilização do sistema de distribuição		49.884
Serviços prestados a terceiros		19.090
Serviços taxativos e administrativos	(d)	66.560
Aplicação à baixa renda - tarifa social		103.821
Outros créditos		70.542
(e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(961.068)
Total	2.658.153	3.000.172
Circulante		2.079.092
Não circulante		579.061

Consumidores

	Saldos Vencidos		Consolidado		Total		PCLD	
	Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Sector Privado								
Residencial	417.648	209.369	631.077	1.258.094	1.387.314	(678.084)	(345.373)	
Industrial	146.984	16.568	98.827	262.379	310.712	(72.837)	(55.017)	
Comercial, serviços e outros	258.674	56.523	190.204	424.401	441.133	(68.836)	(47.096)	
Rural	65.263	18.465	86.360	170.088	164.010	(45.218)	(46.553)	
Total	888.569	300.925	925.468	2.114.962	2.303.169	(864.975)	(494.039)	
Sector Público								
Federal	16.542	1.780	3.646	21.968	21.104	(1.638)	(1.484)	
Estadual	163.457	3.792	1.401	168.650	174.611	(1.106)	(1.438)	
Municipal	161.595	18.801	26.452	206.848	216.482	(23.770)	(29.912)	
Total	341.594	24.373	31.499	397.466	412.197	(26.514)	(32.834)	
Iluminação pública	41.214	15.193	11.445	67.852	74.271	(3.095)	(2.456)	
Serviço público	67.577	8.660	16.216	92.453	91.452	(7.784)	(11.656)	
Fornecimento não faturado	340.455	-	-	340.455	231.258	-	-	
Consumidores	1.679.409	349.151	984.628	3.013.188	3.112.347	(902.368)	(540.985)	
Circulante								
Não circulante								

As contas a receber de consumidores de longo prazo representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados *pro rata temporis*.

(b) Títulos a Receber
Referem-se às contas de fornecimento de energia das empresas geradoras e comercializadoras com os diversos agentes de mercado.

	Vencidos		Consolidado		Total		PCLD	
	Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Sector Público								
Sector privado	2.925	3	27	2.955	6.590	(27)	(44)	
Total	121.450	24.880	14.806	161.136	106.714	(17.031)	(6.523)	
Circulante	-	-	-	50.805	50.814	(2.360)	(2.817)	
Não circulante	-	-	-	113.286	62.490	(14.698)	(3.705)	

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado e os valores líquidos da PCLD são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE
Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia - MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico integrado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movidos por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada a incerteza de sua realização, as Companhias constituíram Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

(d) Subvenção à Baixa Renda - Tarifa Social
O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita - DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

A referida subvenção é calculada mensalmente pelas distribuidoras do Grupo e submetidas à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

(e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD
A Provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as Normas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a Administração da Companhia entendeu ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos planos sociais do Governo, o NIS - Número de Identificação Social, o BPC - Benefício de Prestação Continuada ou NB - Número do Benefício. Tal alteração desdencadeou o descredenciamento de quase 2 milhões de clientes, desses mais de 770 mil clientes somente na Celpe, que passaram a ter sua fatura com a tarifa cheia, além de pagar o ICMS, encarecendo a conta de energia desse segmento de clientes, e levando as Companhias a deixar de receber a respectiva subvenção.

Dentre as empresas, a principal impactada em seu resultado, Celpe, com um total de clientes de cerca de 3,2 milhões de consumidores, preventivamente, selecionou um grupo de clientes com perfil vulnerável às mudanças acima citadas, definindo uma estratégia específica de cobrança, sendo denominado de Conjunto Monitorado, cerca de 360 mil clientes. Nesse conjunto a maior concentração era de clientes da classe residencial e dentro da residencial a maioria possuía perfil de baixo consumo.

A Administração da Companhia Celpe, através de seus órgãos representativos - Diretoria Executiva e Conselho de Administração, além do Comitê de Auditoria, baseada em sua experiência das perdas efetivas da Companhia e em seu melhor entendimento do cenário econômico e regulatório, ainda em 2011, resolveu dar um tratamento especial aos clientes mais vulneráveis às mudanças regulatórias e legais já mencionadas acima.

O Conjunto Monitorado seguiu seu cronograma previsto, ele somente deveria durar o tempo necessário para que os lotes fossem devidamente acionados, e todas as ações de cobrança realizadas. Não houve nenhuma alteração da política de contabilização da PCLD em 2012, tão somente o cumprimento do cronograma inicialmente previsto e iniciado em julho de 2011 e finalizado em dezembro de 2012.

Logo, não houve nada em 2012 diferente de 2011, que tenha provocado alteração na contabilização, apenas e tão somente a manutenção da mecânica da ação, isto é, aqueles clientes acionados que não responderam as ações de cobrança, tiveram seus débitos lançados integralmente à PCLD.

A partir do segundo semestre de 2011, a Companhia Celpe realizou uma readequação de seus processos de cobrança, contemplando a restrição de ações de reparcelamento e intensificando as ações de campo para os consumidores inadimplentes contumazes. Dessa forma, para aqueles consumidores que não responderam às novas ações de cobrança, a Companhia realizou o provisionamento de seus débitos.



Continuação

A curva autorizada por meio da Resolução ANEEL nº 474, de 30 de novembro de 2000, para a amortização dos ágios nas controladas, estão assim compostas:

Curvas de Amortização de Ágio											
Ano	COELBA	COSEERN	CELPE	TERMOPE	ITAPEBI	Ano	COELBA	COSEERN	CELPE	TERMOPE	ITAPEBI
2010	0,04350	0,03983	0,04033	0,05320	0,08710	2023	0,02970	0,02551	0,02045	0,01010	0,00847
2012	0,04750	0,03842	0,03640	0,04640	0,07771	2024	0,02820	0,02442	0,01860	0,00830	0,00727
2013	0,04420	0,03705	0,03480	0,04010	0,06660	2025	0,02680	0,02336	0,01773	0,00625	0,00525
2014	0,04350	0,03741	0,03342	0,03510	0,05944	2026	0,02540	0,02235	0,01690	0,00536	0,00461
2015	0,04340	0,03575	0,03202	0,03100	0,05205	2027	0,02388	0,01690	0,01476	0,00396	0,00340
2016	0,04180	0,03430	0,02918	0,02630	0,04534	2028	-	-	-	-	-
2017	0,04010	0,03289	0,02798	0,02270	0,03878	2029	-	-	-	-	-
2018	0,03790	0,03153	0,02682	0,02100	0,03183	2030	-	-	-	-	-
2019	0,03680	0,03022	0,02573	0,01820	0,02558	2031	-	-	-	-	-
2020	0,03480	0,02907	0,02335	0,01580	0,02138	2032	-	-	-	-	-
2021	0,03280	0,02784	0,02238	0,01380	0,01149	2033	-	-	-	-	-

Serviços em Curso

	31/12/12	31/12/11
Serviço próprio	11.760	24.819
Serviços prestados a terceiros	55.026	40.281
Transf. fabric. reparo de materiais	1.285	1.120
Total	68.071	66.220

Os Serviços em curso representam um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que serão utilizados para anulação de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços, esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

Depósitos Judiciais

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

Ref.	Controladora		Consolidado		Reclassificado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
Trabalhistas	1.879	1.870	115.827	93.172	
Cíveis	11	11	78.136	58.771	
Fiscais:	119.357	93.883	174.499	145.216	
PIS/COFINS	(a)	99.421	93.883	115.625	110.402
IRRF sobre juros sobre capital próprio		19.936	-	19.936	-
Incentivo fiscal SUDENE	(b)	-	7.928	7.329	
Impostos Municipais	(c)	-	5.915	5.450	
ICMS	(d)	-	5.889	5.717	
INSS		-	6.829	6.636	
CSLL		-	813	759	
IOF		-	6.265	6.265	
Outros		-	3.506	2.658	
Outros		-	10.158	8.441	
Total	121.247	95.764	378.620	299.220	

(a) Em 2006, a Neoenergia impetrou o mandado de segurança nº 2005.51.000.093-0 visando a impedir a cobrança de créditos tributários de PIS/COFINS que supostamente deixaram de ser recolhidos sobre o recebimento de Juros sobre Capital Próprio (JSCP) sendo proferida sentença nos autos do referido processo concedendo a segurança para declarar o direito da Neoenergia de não recolher as contribuições de PIS e COFINS sobre os valores recebidos a título de juros sobre capital próprio e de suas controladas e coligadas, bem como a compensação das parcelas recolhidas indevidamente nos últimos 10 anos, tendo a Fazenda Nacional interposto recurso de apelação. Em 12/14/2010, a 4ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região deu provimento ao recurso de apelação da União e à remessa necessária, para reformar a sentença favorável à Neoenergia proferida nos autos do referido mandado de segurança. A Neoenergia efetuou o depósito judicial do valor do PIS no montante de R\$ 8.719 e da COFINS no montante de R\$ 68.167, nos termos do artigo 63, § 2º da Lei nº 9.430/96. O restante do valor corresponde à atualização monetária desses saldos depositados.

(b) Na Coelba, em virtude da desistência do processo judicial imputado contra a Receita Federal, o questionário a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta-cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.

(c) Na Coelba corresponde a depósitos no montante de R\$ 2.237 (R\$ 2.174 em 2011) realizados frente à necessidade de garantir apresentação dos devidos embargos à execução de processos referentes a autos de infração referentes à substituição tributária de ISS, remoção de galhos em domínio público, IPTU, TLF.

(d) Depósito judicial realizado com a finalidade de suspender o débito referente a auto de infração que questiona o crédito indevido de ICMS sobre aquisições de ativos imobilizados. Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de pagamento (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) em caso de depósitos de natureza fiscal/trabalhista.

Outros Ativos

Ref.	Controladora		Consolidado		Reclassificado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
Adiantamentos a fornecedores	13	3	8.799	2.832	
Adiantamentos a fornecedores	23	42	42.360	13.191	
Serviços prestados a terceiros	-	-	6.825	6.539	
Anciedades em curso	-	-	2.096	1.614	
RPA a compensar	-	-	445	647	
Precatório - Finsocial/PAES	(a)	-	9.240	13.152	
Desativações em curso	(b)	-	-	7.514	
Dispêndios a reembolsar em curso	(c)	-	7.906	11.010	
Cobrança extra-judicial	-	-	6.255	6.424	
Uso mútuo de postes	-	-	7.801	6.583	
Suporte técnico	-	-	1.651	1.720	
Títulos de crédito a receber	-	-	1.638	1.638	
Outros créditos a receber	(d)	25.293	25.197	36.425	31.436
Total	25.329	25.242	131.441	104.300	
Ativo circulante	10.147	10.107	109.014	78.556	
Ativo não circulante	15.182	15.135	22.427	25.744	

(a) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de caixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsáveis através de subvenções de recursos do Governo Federal.

(b) Referem-se a gastos efetuados para reforma de equipamentos das usinas geradoras de energia elétrica Baguari e EnergyWorks.

(c) Referem-se principalmente a adiantamento para aquisição de direitos da RIO PCH que serão recebidos com dividendos futuros do acionista minoritário e a adiantamento concedido pela Bandeirantes para veiculação de mídia.

Investimentos

Abaixo as informações sobre as investidas:

Investidas	Ref.	Data-Base	Ações Possuídas (Em Milhares)		Participação no Capital Integrado	Capital Realizado	Patrimônio Líquido no Período	Lucro/Prejuízo Líquido no Período
			Ordinárias	Preferenciais				
COELBA	31/12/12	98.122	67.179	87,84	542.163	2.552.572	855.497	
CELPE	31/12/12	66.023	864	89,65	590.174	1.560.698	15.130	
COSEERN	31/12/12	110.814	31.153	84,47	179.787	832.502	245.872	
ITAPEBI	31/12/11	110.782	31.153	84,45	179.787	769.748	232.128	
TERMOPE	31/12/12	262.594	44.100	42,00	105.000	396.096	149.002	
BAGUARI I	(a)	31/12/12	87.133	-	100,00	214.570	436.273	92.210
GOIÁS SUL	(b)	31/12/11	106.600	-	100,00	87.133	97.857	11.731
GERAÇÃO C III	(c)	31/12/12	128.566	-	100,00	147.575	161.891	17.075
RIO PCH I	(d)	31/12/12	74.166	-	70,00	105.951	115.931	12.349
BAHIA PCH I	(e)	31/12/12	109.174	-	100,00	108.937	121.728	14.569
SE NARANDEIRA	(f)	31/12/12	16.000	-	100,00	42.090	45.024	3.837
ÁGUAS DA PEDRA	(f)	31/12/12	145.557	-	51,00	253.000	363.626	50.208
TERMOAÇU	(g)	31/12/12	145.557	-	51,00	253.000	313.978	83.105
GERAÇÃO CÉU AZUL	(h)	31/12/12	290.047	-	23,93	699.736	1.486.569	185.744
GERAÇÃO CÉU AZUL	(i)	31/12/12	1	-	100,00	5.231	4.824	(52)
NC ENERGIA	(j)	31/12/12	13.600	-	100,00	13.600	31.405	31.899
NEOSERV	(n)	31/12/12	1	-	100,00	15.486	15.741	6.206
GARTER	(o)	31/12/12	1	-	100,00	7.730	16.183	3.648
AFLUENTE GERAÇÃO	(i)	31/12/12	9.812	6.718	87,84	30.916	45.165	10.872
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(i)	31/12/12	55.416	7	87,84	63.084	79.668	17.691
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(j)	31/12/11	-	-	100,00	270.001	277.918	(1.596)
ENERGYWORKS	(k)	31/12/12	-	-	100,00	209.514	8.483	8.483
NORTE ENERGIA	(l)	31/12/12	-	-	100,00	-	-	(30.244)
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	(m)	31/12/12	-	-	100,00	117.964	126.791	14.623
CAPUAVA	(n)	31/12/12	-	-	100,00	11.456	16.228	5.719
ECIL	(k)	31/12/12	-	-	100,00	11.456	17.718	2.334
NEOINVEST	(o)	31/12/12	-	-	100,00	32.250	27.789	(3.205)
TELES PIRES	(i)	31/12/12	-	-	50,10	384.523	725.447	(15.888)
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	(i)	31/12/12	-	-	50,05	192.994	181.171	(19.646)
CALANGO I	(m)	31/12/12	-	-	50,00	28.700	28.960	340
CALANGO II	(m)	31/12/12	-	-	50,00	2	2	2
CALANGO III	(m)	31/12/12	-	-	50,00	29.280	29.556	360
CALANGO IV	(m)	31/12/12	-	-	50,00	28.478	28.738	338
CALANGO V	(m)	31/12/12	-	-	50,00	2	2	2
MEL II	(m)	31/12/12	-	-	50,00	26.980	27.302	400
ARIZONA I	(m)	31/12/12	-	-	50,00	32.888	33.214	426
CAETITÉ I	(m)	31/12/12	-	-	50,00	2	2	2
CAETITÉ II	(m)	31/12/12	-	-	50,00	55.774	55.966	242
CAETITÉ III	(m)	31/12/12	-	-	50,00	53.062	53.236	224
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	(m)	31/12/12	-	-	50,00	415.756	419.388	4.754
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	(m)	31/12/12	-	-	50,00	168.616	170.288	2.194

(a) BAGUARI I é a Geradora de Energia S.A. foi constituída em 11 de janeiro de 2006, com o propósito de participar do Consórcio UHE Baguari, com participação de 51% da Neoenergia, e onde participam também a SPE (49%) formada por CEMIG e FURNAS. O Consórcio UHE Baguari é responsável pela construção e operação da UHE Baguari, empreendimento localizado no rio Doce, no Estado de Minas Gerais. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 140 MW. As obras para a implantação da UHE se iniciaram em 10 de maio de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 9 de setembro de 2009.

(b) GOIÁS SUL é a Geradora de Energia S.A. foi constituída com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW). As obras para a implantação das PCHs se iniciaram em 31 de julho de 2007 e a PCH Goiandira entrou em operação comercial em dezembro de 2010 e a PCH Nova Aurora em março de 2011.

(c) GERAÇÃO CIII é a Geradora CIII S.A. foi constituída com o propósito de participar do Consórcio Empreendedor Corumbá III, com a participação de 60%, onde também participam do consórcio a Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Companhia Energética de Goiás (CELG). O Consórcio Empreendedor Corumbá III é responsável pela construção da UHE Corumbá III empreendimento localizado no rio Corumbá, no Estado de Goiás. A energia será gerada através de duas unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 93,6 MW. As obras para a implantação da UHE se iniciaram em 31 de agosto de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 24 de outubro de 2009.

(d) RIO PCH I é a Rio PCH I foi constituída em 26 de janeiro de 2007, onde a Neoenergia tem participação majoritária em 70% e os 30% restantes pertencem à Performance Centrais Hidrelétricas Ltda., empresa que possui a autorização das Pequenas Centrais Elétricas de Pirapetanga (20 MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no rio Itabaipana, divisa do estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo. As PCHs Pirapetanga e Pedra do Garrafão entraram em operação comercial em agosto e setembro de 2009, respectivamente.

(e) BAHIA PCH I é a Bahia PCH I foi criada com o propósito de construir, operar e manter a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério - BA. A energia será gerada através de duas unidades geradoras que terão potência instalada de 25 MW. Sua entrada em operação comercial ocorreu em julho de 2010, com venda de energia através de contrato bilateral a partir de dezembro de 2009.

(f) ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA (DARDANELOS) A Neoenergia adquiriu no leilão de energia nº 004/06, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 10 de outubro de 2006, a concessão para construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Dardanelos, com potência de 260 MW, localizada no rio Aripuanã, no estado do Mato Grosso. O Consórcio Aripuanã, formado pela Neoenergia (51%), Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e ELETROBRAS, é responsável pela construção da UHE Dardanelos. A UHE entrou em operação comercial em agosto de 2011.

(g) TERMOAÇU A Termoaçú é uma usina termelétrica que tem como acionistas a Neoenergia e a Petrosbras. A energia elétrica gerada é destinada a suprir as distribuidoras de energia elétrica do Grupo Neoenergia e o vapor é usado pela Petrosbras para injeção contínua nos seus poços de petróleo, aumentando sua produção no regime. Em 18 de abril de 2005 foi firmado um Acordo de Acionistas que ratificou a transferência da gestão operacional do projeto Termoaçú para a Petrosbras, motivo pelo qual essa empresa foi consolidada na Neoenergia proporcionalmente ao percentual de participação. A Neoenergia continuará reconhecendo em seu resultado individual (Controladora) e em sua demonstração separada a equivalência patrimonial dos resultados auferidos pela Termoaçú. Em 8 de setembro de 2009, em razão de impasse em relação às condições comerciais da Termoaçú, os acionistas decidiram iniciar procedimento arbitral e firmaram um acordo de cooperação, garantindo o início da operação e estabelecendo disposições transitórias até a conclusão do processo. Como parte do acordo de cooperação, foi firmado contrato de locação pela Termoaçú à Petrosbras, que deverá explorar, operar e manter as instalações da Usina. As partes acordaram que a decisão do tribunal arbitral deverá retroagir para abranger o cálculo da condenação o período de vigência do Acordo de Cooperação. O saldo do investimento líquido é composto como segue:

	31/12/12	31/12/11
Investimentos - ações	266.869	262.551
Ágio	31.738	31.738
(-) Provisão p/ perda	(100.431)	(100.431)
Investimento líquido	198.176	193.858

A Administração, baseada no plano de negócios do projeto e considerando o atual estágio do processo arbitral, efetuou em 2011 provisão para perda no montante de R\$ 51.245 para cobrir eventuais incertezas, não prevendo perdas adicionais. No evento do resultado do procedimento arbitral ser desfavorável a Companhia, é provável que o valor recuperável do investimento seja reduzido.

(h) NEOENERGIA SERVIÇOS Em 8 de novembro de 2001, a Neoenergia, em sociedade com a NC Energia S.A. constituída a Termo NC Ltda., que a partir de 12 de julho de 2007 adotou a razão social de Neoenergia Serviços Ltda. - NEOSERV. A Neoenergia detém em conjunto com a NC Energia 100% do capital total da NEOSERV.

(i) AFLUENTE GERAÇÃO E AFLUENTE TRANSMISSÃO A Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. foi constituída em 31 de agosto de 2005, atendendo a segregação de atividades na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba no processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal e em atendimento ao contrato de concessão firmado entre a Coelba e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que anui com a versão patrimonial e consequentemente transfere a concessão de geração e transmissão de energia elétrica para uma empresa subsidiária. A controlada comunicou, através de fato relevante, publicado em 16 de janeiro de 2009, que os diretores da Afluente e da Imansise Participações S.A. ("Im



Continuação

apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A movimentação do saldo do direito de uso da concessão está demonstrada a seguir:

	Em serviço			Em curso			Total
	Custo acumulado	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	8.135.108	(1.956.505)	(6.178.603)	644.734	74	644.808	6.286.698
Adições	3.580	(4.299)	(719)	1.570.138	(112.569)	1.457.569	1.456.241
Baixas	(20.894)	5.722	(15.172)	(7.560)	191	(7.369)	(25.785)
Amortização	-	(561.676)	(561.676)	(441.577)	-	(441.577)	-
Transferências - intangíveis	940.810	-	(940.810)	(1.029.684)	142.998	(887.186)	(100.309)
Transferências - ativos financeiros	(112.573)	-	(112.573)	(242.506)	30.034	(212.472)	(317.123)
Transferências - outros	-	1.765	1.765	(1.682)	30.633	28.948	31.468
Reclassificação	(56.580)	1.862	(54.718)	22.671	-	22.671	(32.047)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	8.889.451	(2.513.131)	(6.376.320)	5.810.597	956.111	90.858	1.046.969
Adições	-	-	-	2.106.262	(247.692)	1.858.570	1.858.570
Baixas	(380.173)	277.646	(102.527)	(11.999)	-	(11.999)	(114.013)
Amortização	-	(552.655)	(552.655)	(496.968)	-	(496.968)	-
Transferências - intangíveis	1.467.393	-	(1.467.393)	(1.471.075)	92.937	(1.378.138)	(3.682)
Transferências - ativos financeiros	(895.555)	-	(895.555)	(986.573)	88.842	(497.731)	(1.274.892)
Transferências - outros	(1.189)	(54.595)	(55.784)	(3.397)	11.211	7.814	(47.582)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	9.079.927	(2.842.735)	(6.237.192)	5.799.514	989.329	36.156	1.025.485

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado em Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro). (Vide nota explicativa nº 17).

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 7/2/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos do serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição. Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

As controladoras realizaram os cálculos para determinar a nova estimativa de vida útil econômica de cada parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do prazo da Concessão. Como consequência, após análise dos aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, foi efetuada uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 - Contratos de Concessão.

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da legalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da legalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da legalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da legalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da legalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

18 Fornecedores

A Composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

Composição da Dívida	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Energia elétrica	-	-	651.285	410.970
Encargos de uso da rede	-	-	73.285	66.797
Materiais e serviços	2.078	2.422	375.509	332.346
Energia livre	-	-	63.715	59.933
Total	2.078	2.422	1.163.794	870.046
Circulante	2.078	2.422	1.097.359	808.887
Não circulante	-	-	66.435	61.159

19 Empréstimos, Financiamentos

Composição da Dívida	Taxa Eletiva	Encargos				Consolidado	
		Circulante	Não Circulante	Principal	Não Principal	31/12/12	31/12/11
Moeda Nacional							
Banco do Nordeste	10% a.a.	56	-	10.923	-	10.979	21.992
BNB	10% a 10,50% a.a./TJLP+ 3,21% a.a.	1.765	-	94.973	334.022	430.760	525.773
(-) Custos de transação		-	(909)	(1.766)	(2.675)	(4.172)	-
BNB 6	10% a 10,11% a.a.	1.765	-	94.964	332.256	428.085	521.601
(-) Custos de transação		-	(26.884)	67.211	94.195	121.108	-
BNDES	4,25% a 4,50% a.a./TJLP + 2,12% a 3,12% a.a.	1.330	6.244	57.165	1.114.477	1.179.216	784.752
BNDES FINEM	2,12% a 8,06% a.a./TJLP + 3,12% a 4,30% a.a.	1.330	6.244	57.165	1.114.477	1.179.216	784.752
(-) Custos de transação		5.511	-	232.957	1.390.630	1.629.098	1.549.963
Eletrobrás	5% a 5,45% a.a.	947	-	37.032	195.706	233.685	239.797
(-) Custos de transação		947	-	(260)	(1.044)	(1.304)	(725)
FINEP	TJLP + 2% a 5% a.a./5% a 5,27% a.a.	261	-	36.772	95.862	132.381	239.072
(-) Custos de transação		261	-	(254)	(485)	(739)	(809)
Santander	-	-	-	20.166	95.377	115.804	116.682
Banco do Brasil	12,15% a 15,6% a.a./CDI + 1% a.a./99,5% CDI	71.958	54.438	5.951	918.641	1.050.988	1.006.899
(-) Custos de transação		-	-	(2.497)	(5.004)	(8.317)	-
Operações com swap		71.958	54.438	3.444	872.168	1.002.008	980.660
Banco do Brasil	98,5% CDI	14.757	-	75.000	89.757	87.141	-
(-) Custos de transação		-	-	(610)	(17)	(627)	(1.190)
BONDS BRL	12,19% a.a. a 12,28% a.a.	8.225	-	-	400.000	408.225	408.225
(-) Custos de transação		8.225	-	(865)	(2.012)	(2.877)	(3.627)
Outros	TR + 1,6% a.a./TR + 2,1% a 5,5% a.a.	-	-	-	10	7	52
(-) Custos de transação		-	-	-	-	-	-
Operações com swap		-	-	-	-	-	-
Total moeda nacional		104.910	60.682	569.097	4.539.634	5.274.323	4.823.695
Moeda estrangeira							
Wiederaufbau - KfW	72,5% CDI/92% CDI	-	-	1.357	4.431	5.788	6.205
Operações com swap		-	-	(1.222)	(659)	(781)	334
Libor + 1,875% a.a./106,75% 107,25% 101,61% 101,72% 102,87% 100,40%		-	-	7.284	303.461	310.745	273.156
Operações com swap		-	-	(11.464)	(38.953)	(27.489)	9.214
BANK OF AMERICA	Libor + 1,65% a.a.	452	-	18.748	264.508	283.256	282.370
Operações com swap		452	-	15.901	(13.763)	2.138	(1.731)
Banco Tokio	110% CDI	427	-	23.791	398.444	422.687	14.725
Operações com swap		427	-	(6.227)	1.691	7.918	-
Total moeda estrangeira		427	-	7.325	216.311	224.603	-
(-) Depósitos em garantia		879	-	51.099	883.035	935.013	303.634
Operações com swap		105.789	60.682	613.078	5.280.091	6.059.640	4.921.790

(a) Captações de recursos no exercício:

Eletrobrás - Em 10/1/2012 a Companhia assinou o Contrato de Financiamento nº ECFS - 324/2011 (7º Tranche) para financiar parte dos investimentos realizados no âmbito do Programa Luz para Todos, através da Reserva Global de Reversão - RGR. Em 2012 foi liberado o montante de R\$ 42,719.

Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP - A Companhia recebeu o montante de R\$ 7,036 para financiar o Projeto de Inovação, provenientes do Contrato de Financiamento assinado em outubro de 2009.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - A Companhia recebeu em 2012 o montante de R\$ 295.000 para financiamento dos investimentos realizados em 2011 e 2012, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 08.2.1089.1, assinado em março de 2009 e aditado em outubro de 2010, março, maio, novembro de 2011 e agosto de 2012.

Captações no exterior - Em dezembro de 2012, a Companhia realizou captações de recursos em moeda estrangeira com base na lei 4131, nos montantes de US\$ 200.000 junto ao Bank of America, N.A. e US\$ 50.000 junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD., com vencimentos em 14 de junho de 2018, a serem amortizados em 3 parcelas semestrais a partir de 14 de junho de 2017, com custos de libor + 1,70% a.a. e libor + 0,80% a.a. respectivamente, a serem pagos trimestralmente. Em conexão com estas operações foram contratados swap de proteção cambial.

Celpe - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES: A Controlada recebeu no ano de 2012 o montante de R\$ 113.610 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento nº 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010, março de 2011 e agosto de 2012.

Cosern - Ingressos de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES nos montantes de R\$ 40.978, no 2º e 3º trimestres, respectivamente, para o financiamento dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento mediante abertura de limite de crédito rotativo, assinado em março de 2009 e aditado em março de 2011 e agosto de 2012.

Termopex - Em 21 de maio de 2012, a controlada realizou captação de recursos no montante de R\$ 120.000, para pré-pagamento de sua dívida com o BNDES e cobertura de caixa. A captação foi realizada em moeda estrangeira junto ao Banco Tokyo-Mitsubishi, com swap para taxa de 110% do CDI, prazo de 5 anos, pagamento de principal ao final do contrato, pagamentos de juros trimestrais. A operação tem garantia da Neoenergia prestada na forma de fiança e aval.

Companhia Telespires - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no montante de R\$ 450.000 este para financiar parte dos investimentos na UHE Teles Pires, provenientes do Contrato de Financiamento empréstimo ponte nº 11.2.1225.1 assinado em 14 de dezembro de 2011 e aditado em 13 junho de 2012, sendo esta amortização *bullet*. Devido a consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Calango 1 - A captação junto ao Banco do Brasil foi realizada em moeda nacional, com a taxa de juros de TJLP + 1,93% a.a., prazo total de 17 anos e 9 meses, pagamento de juros e amortizações mensais com início para 15 de maio de 2014. A operação tem garantia da Neoenergia, prestada sob a forma de fiança e aval, conta reserva da dívida

e conta reserva de O&M. Até o presente momento o Banco do Brasil liberou R\$ 16.969. Devido a consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Calango 2 - A captação junto ao BNDES foi realizada em moeda nacional, com a taxa de TJLP + 2,18%, prazo total de 18 anos, pagamento dos juros e amortização do principal mensais, com data de início de pagamento de 15 de agosto de 2014. A operação tem garantia da Neoenergia prestada na forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o momento o BNDES liberou para a Companhia R\$ 47.600. Devido à consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Calango 3 - A captação junto ao BNDES foi realizada em moeda nacional, com a taxa de TJLP + 2,18%, prazo total de 18 anos, pagamento dos juros e amortização do principal mensais, com data de início de pagamento de 15 de agosto de 2013. A operação tem garantia da Neoenergia prestada na forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o momento o BNDES liberou para a Companhia R\$ 48.800. Devido a consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Calango 4 - A captação junto ao Banco do Brasil foi realizada em moeda nacional, com a taxa de juros de TJLP + 1,93% a.a., prazo total de 17 anos e 9 meses, pagamento de juros e amortizações mensais com início para 15 de maio de 2014. A operação tem garantia da Neoenergia, prestada sob a forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o presente momento o Banco do Brasil liberou R\$ 23.105. Devido à consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Calango 5 - A captação junto ao Banco do Brasil foi realizada em moeda nacional, com a taxa de juros de TJLP + 1,93% a.a., prazo total de 17 anos e 9 meses, pagamento de juros e amortizações mensais com início para 15 de maio de 2014. A operação tem garantia da Neoenergia, prestada sob a forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o presente momento o Banco do Brasil liberou R\$ 38.938. Devido à consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Mel 2 - A captação junto ao BNDES foi realizada em moeda nacional, com a taxa de TJLP + 2,18%, prazo total de 17 anos e 3 meses, pagamento dos juros e amortização do principal mensais, com data de início de pagamento de 15 de novembro de 2013. A operação tem garantia da Neoenergia prestada na forma de fiança e aval, conta reserva

de O&M. Até o presente momento o Banco do Brasil liberou R\$ 56.000. Devido à consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Calango 6 - A captação junto ao Banco do Brasil foi realizada em moeda nacional, com a taxa de juros de TJLP + 1,93% a.a., prazo total de 17 anos, pagamento de juros e amortizações mensais com início para 15 de janeiro de 2014. A operação tem garantia da Neoenergia, prestada sob a forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o presente momento o Banco do Brasil liberou R\$ 29.795. Devido à consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Calango 7 - A captação junto ao Banco do Brasil foi realizada em moeda nacional, com a taxa de juros de TJLP + 1,93% a.a., prazo total de 17 anos, pagamento de juros e amortizações mensais com início para 15 de agosto de 2013. A operação tem garantia da Neoenergia, prestada sob a forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o presente momento o Banco do Brasil liberou R\$ 42.200. Devido à consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Calango 8 - A captação junto ao Banco do Brasil foi realizada em moeda nacional, com a taxa de juros de TJLP + 1,93% a.a., prazo total de 17 anos e 3 meses, pagamento de juros e amortizações mensais com início para 15 de novembro de 2013. A operação tem garantia da Neoenergia, prestada na forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o presente momento o Banco do Brasil liberou R\$ 42.200. Devido à consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Calango 9 - A captação junto ao Banco do Brasil foi realizada em moeda nacional, com a taxa de juros de TJLP + 1,93% a.a., prazo total de 17 anos e 3 meses, pagamento de juros e amortizações mensais com início para 15 de novembro de 2013. A operação tem garantia da Neoenergia, prestada na forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o presente momento o Banco do Brasil liberou R\$ 42.200. Devido à consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Calango 10 - A captação junto ao Banco do Brasil foi realizada em moeda nacional, com a taxa de juros de TJLP + 1,93% a.a., prazo total de 17 anos e 3 meses, pagamento de juros e amortizações mensais com início para 15 de novembro de 2013. A operação tem garantia da Neoenergia, prestada na forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o presente momento o Banco do Brasil liberou R\$ 42.200. Devido à consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Calango 11 - A captação junto ao Banco do Brasil foi realizada em moeda nacional, com a taxa de juros de TJLP + 1,93% a.a., prazo total de 17 anos e 3 meses, pagamento de juros e amortizações mensais com início para 15 de novembro de 2013. A operação tem garantia da Neoenergia, prestada na forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o presente momento o Banco do Brasil liberou R\$ 42.200. Devido à consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Calango 12 - A captação junto ao Banco do Brasil foi realizada em moeda nacional, com a taxa de juros de TJLP + 1,93% a.a., prazo total de 17 anos e 3 meses, pagamento de juros e amortizações mensais com início para 15 de novembro de 2013. A operação tem garantia da Neoenergia, prestada na forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o presente momento o Banco do Brasil liberou R\$ 42.200. Devido à consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Calango 13 - A captação junto ao Banco do Brasil foi realizada em moeda nacional, com a taxa de juros de TJLP + 1,93% a.a., prazo total de 17 anos e 3 meses, pagamento de juros e amortizações mensais com início para 15 de novembro de 2013. A operação tem garantia da Neoenergia, prestada na forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o presente momento o Banco do Brasil liberou R\$ 42.200. Devido à consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Calango 14 - A captação junto ao Banco do Brasil foi realizada em moeda nacional, com a taxa de juros de TJLP + 1,93% a.a., prazo total de 17 anos e 3 meses, pagamento de juros e amortizações mensais com início para 15 de novembro de 2013. A operação tem garantia da Neoenergia, prestada na forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o presente momento o Banco do Brasil liberou R\$ 42.200. Devido à consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Calango 15 - A captação junto ao Banco do Brasil foi realizada em moeda nacional,



Continuação

20 Debêntures

Empresa	Debêntures (*)	Série Única	Quantidade de Títulos Emitidos	Remuneração	Taxa Efetiva	Swap	Consolidado				
							Encargos Circulante	Circulante	Princípio	31/12/11	
COELBA	3ª Emissão (-) Custos de transação Operações com swap	Única	3.000	VC. + 10,8% a.a.	10,80%	IGPM + 13,95% a.a.	553	6.431	5.611	12.595	17.470
COELBA	6ª Emissão (-) Custos de transação Operações com swap	Única	35.392	CDI + 0,6% a.a.	11,52%	-	916	22.779	19.982	43.314	57.868
COELBA	7ª Emissão (-) Custos de transação Operações com swap	Única	80	106,70% CDI	12,90%	Não aplicável	916	78.409	78.584	157.809	237.411
CELPE	2ª Emissão (-) Custos de transação Operações com swap	1ª	-	108,5% do CDI	108,5% do CDI	Não aplicável	3.313	79.997	-	83.310	80.185
CELPE	3ª Emissão (-) Custos de transação Operações com swap	Única	-	105% do CDI	105% do CDI	Não aplicável	1.154	97.797	-	98.951	198.882
CELPE	4ª Emissão (-) Custos de transação Operações com swap	Única	-	111,3% do CDI	111,3% do CDI	Não aplicável	5.002	7	352.203	357.212	83.213
COSEERN	4ª Emissão (-) Custos de transação Operações com swap	Única	-	CDI + 0,6% a.a.	-	Não aplicável	395	35.738	35.752	71.885	108.210
TERMOPE	2ª emissão (-) Custos de transação Operações com swap	1ª	-	105% CDI a.a.	-	Não aplicável	879	108.000	112.000	220.879	318.177
ITAPEBI	3ª Emissão (-) Custos de transação Operações com swap	3ª	-	111% CDI a.a.	-	Não aplicável	879	107.933	111.578	220.050	317.001
TELES PIREAS PART.	1ª Emissão (-) Custos de transação Operações com swap	1ª	-	CDI + 0,7% a.a.	-	Não aplicável	-	-	344.271	344.271	-
Total							14.871	421.680	1.127.338	1.563.889	1.632.689

(*) Nenhuma das debêntures relacionadas no quadro é conversível em ações.

a) Captações de recursos no exercício: Tesepires Participações

1ª Emissão de debêntures privada com único Debenturista FI-FGTS - montante de R\$ 650.000 para financiamento parte dos investimentos na UHE Teles Pires, proveniente do instrumento particular da primeira emissão privada de debêntures simples, assinado em maio de 2012, com prazo de 20 anos, a ser amortizado em 34 parcelas semestrais a partir de novembro de 2015, com custo de 100% do CDI acrescida de spread de 0,7% a.a. e juros pagos semestralmente a partir de novembro de 2015. Foram dadas como garantia, a garantia fidejussória da fiadora Neoenergia e como garantia real a conta reserva a ser mantida pela emissora. Devido a consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

(b) **Condições restritivas financeiras (covenants):** As escrituras de emissões das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

(c) **Garantias:** Para a 3ª Emissão de debêntures nas empresas Coelba e Celpe foram dadas garantias de receita própria e aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo consolidados são os seguintes:

	Consolidado			Consolidado		
	31/12/12	31/12/11	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/11
2013	-	-	-	-	-	-
2014	246.411	(1.054)	245.357	381.679	(1.237)	380.442
2015	226.497	(374)	226.123	243.218	(1.121)	242.097
2016	236.111	(188)	235.923	252.394	(434)	251.960
2017	128.120	(29)	128.091	108.325	(67)	108.258
Após 2017	291.844	-	291.844	-	-	-
Total	1.128.983	(1.645)	1.127.338	1.202.264	(3.100)	1.199.164

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Consolidado			Consolidado		
	31/12/12	31/12/11	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/11
Saldos em 31 de dezembro de 2010	609.563	1.121.636	1.731.199	609.563	1.121.636	1.731.199
Encargos	207.802	-	207.802	207.802	-	207.802
Varição monetária e cambial	8.862	1.284	10.146	8.862	1.284	10.146
Swap	2.717	4.586	7.303	2.717	4.586	7.303
Efeito cumulativo marcação a mercado	(134)	(202)	(336)	(134)	(202)	(336)
Transferências	463.803	(463.803)	-	463.803	(463.803)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(860.332)	-	(860.332)	(860.332)	-	(860.332)
(-) Custos de transação	1.4	(450)	794	1.4	(450)	794
Saldos em 31 de dezembro de 2011	433.525	1.199.164	1.632.689	433.525	1.199.164	1.632.689
Ingressos	328.607	-	328.607	328.607	-	328.607
Encargos	128.464	15.664	144.128	128.464	15.664	144.128
Varição monetária e cambial	467	107	574	467	107	574
Swap	3.299	3.392	6.691	3.299	3.392	6.691
Efeito cumulativo marcação a mercado	(484)	92	(392)	(484)	92	(392)
Transferências	419.322	(419.322)	-	419.322	(419.322)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(551.866)	-	(551.866)	(551.866)	-	(551.866)
(-) Custos de transação	3.824	(366)	3.458	3.824	(366)	3.458
Saldos em 31 de dezembro de 2012	436.551	1.127.338	1.563.889	436.551	1.127.338	1.563.889

21 Salários e Encargos a Pagar

A Composição do saldo é como segue:

	Consolidado	
	31/12/12	31/12/11
Salários	16.725	11.496
Encargos sociais	9.259	7.695
Provisões férias e 13º salário	29.316	26.219
Encargos sob provisões de férias e 13º salário	9.477	8.188
Provisão PLR	28.076	10.851
Outros	1.007	990
Total	93.864	65.439

22 Taxas Regulamentares

A Composição do saldo é como segue:

	Consolidado	
	31/12/12	31/12/11
Reserva Global de Reversão - RGR	22.020	22.020
Conta de Consumo de Combustível - CCC	38.123	38.123
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	6.253	6.253
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	5.009	4.189
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	854	1.044
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	78.113	80.132
Programa de Eficiência Energética - PEE	30.131	21.073
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSSE	-	1.682
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	2.511	2.798
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	29.661	7.723
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional	4.753	2.448
Ministério de Minas e Energia - MME	1.089	260
Total	182.608	187.132
Passivo circulante	129.479	109.130
Passivo não circulante	53.129	78.002

(a) A Medida Provisória nº 579, de 12 de setembro de 2012, posteriormente convertida em Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, Art. 21, desobriga as distribuidoras, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR. Por sua vez, o Despacho nº 34, de 10 de janeiro de 2013 revoga os Despachos que fixaram as quotas mensais de RGR do exercício de 2012, especificamente no que diz respeito às quotas que deveriam ser cobradas a partir de 15 de janeiro de 2013, com vistas à redução das tarifas aos consumidores finais de energia elétrica.

(b) A Coelba, Celpe, Cosern e as Geradoras, conforme cada caso inerente a atividade, reconheceram os passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), liquidados dos valores aplicados nas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nºs 300/2008 e 316/2008. Os valores desembolsados referentes aos projetos que já foram iniciados estão registrados na conta contábil Serviços em curso no ativo circulante e são liquidados quando da finalização de cada projeto.

23 Impostos e Contribuições a Recolher

A Composição do saldo é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Circulante	16.657	11.235	69.709	22.909
Imposto de Renda - IR	1.637	870	30.695	8.701
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	11	1	161.989	188.616
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	2.520	1.055	19.071	15.880
Programa de Integração Social - PIS	-	-	-	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	-	-
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	11.607	4.861	88.910	72.037
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	226	100	15.897	12.506
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1	9	2.583	2.510
IOF	124	121	140	121
Imposto Sobre Serviços - ISS	10	10	9.029	7.430
Parcelamento de Tributos	65	30	141	873
Outros	-	-	16.980	11.058
Total	32.858	17.422	415.144	342.641
Não Circulante	-	-	5.621	7.275
Imposto de Renda - IR	-	-	3.854	2.361
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	-	309	292
Programa de Integração Social - PIS	-	-	-	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	435	415
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	-	115
Total	32.858	17.422	425.363	353.099

24 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as declarações de juros sobre capital e dividendos da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor Deliberado	Valor por Lote de Mil Ações	
			2012	2011
2012	JSCP	78.985	13.5002417	0N
22 de março de 2012	JSCP	69.709	22.909	-
AGO de 24 de abril de 2012	Dividendos	194.023	33.1627194	-
RCA de 29 de junho de 2012	JSCP	56.893	9.7242419	-
RCA de 31 de agosto de 2012	Dividendos	249.600	42.6620271	-
RCA de 28 de setembro de 2012	JSCP	45.781	7.8250372	-
RCA de 28 de dezembro de 2012	JSCP	154.774	26.4542643	-
Total		780.056		
2011	JSCP	136.000	23.2453361	-
AGO de 31 de março de 2011	Dividendos	414.408	70.8313168	-
RCA de 29 de abril de 2011	JSCP	132.000	22.5616490	-
RCA de 30 de junho de 2011	JSCP	130.000	22.2198059	-
RCA de 30 de setembro de 2011	JSCP	145.000	25.5247537	-
RCA de 15 de dezembro de 2011	JSCP	957.408	-	-

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

O Artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	31/12/12	31/12/11
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido		
Ações ordinárias	5.850.636	5.850.636
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	1.264.485	1.551.628
Constituição da reserva legal	(63.224)	(77.582)
Base de cálculo do dividendo	1.201.261	1.474.046
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	300.315	368.512

Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:

Juros sobre capital próprio - Em 2012: R\$ 0,0135002413 por ação ON (78.985) - R\$ 0,0097242 por ação ON (56.893) - R\$ 0,0078250372 por ação ON (45.781) - R\$ 0,0264542643 (154.774).	336.433	-
Juros sobre capital próprio - Em 2011: R\$ 0,0232453354 por ação ON (136.000) - R\$ 0,0225616490 por ação ON (132.000) - R\$ 0,0222198059 por ação ON (130.000) - R\$ 0,0247836296 por ação ON (145.000)	-	543.000
Dividendos intermediários - R\$ 0,0426620 por ação ON (249.600)	249.600	-
Total Bruto	586.033	543.000

A formação dos saldos de dividendos e JSPC a pagar, é como segue:

	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2011	139.910
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	780.056
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(25.731)
Pagos no período	(745.298)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	142.937

25 Provisões

As provisões constituídas consolidadas para contingências passivas estão compostas como segue:

	Contingências					Total
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Ambientais	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	119.533	85.050	101.737	-	12.197	318.517
Constituição	54.163	42.040	1.019	17.479	3.147	117.848
Baixas/reversão	(61.407)	(46.485)	(69)	-	(390)	(108.351)
Atualização	23.712	15.317	6.607	308	191	46.135
Saldos em 31 de dezembro de 2012	136.001	95.922	109.294	17.787	15.145	374.149

A Administração da Companhia e suas controladas substanciadas na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reajustamento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.



➔ Continuação

26 Outras Passivos

A Composição do saldo é como segue:

	Ref.	Consolidado	
		31/12/12	31/12/11
Consumidores	(a)	62.639	67.506
Empregados - adiantamento acordo coletivo		34	45
Plano de saúde (fundo de reserva)	(b)	10.497	13.146
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		8.997	6.548
Empréstimos compulsórios - ELTROBRAS		293	293
Convênios		256	169
Caução em garantia	(c)	114.509	63.050
FGTS conta empresa		336	336
Encargos CBEE		1.807	1.868
Taxa Iluminação Pública - TIP	(d)	8.590	8.466
Adiantamentos recebidos	(e)	44.430	45.759
Devolução recursos - ELTROBRAS	(f)	-	70.189
Cooperativas - Aquisição de Ativos	(g)	73.318	-
Outras		30.201	15.777
Total		355.907	293.152
Circulante		284.976	256.090
Não circulante		70.931	37.062

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) Fundo de Reserva constituído por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Bradesco da Coelba, por parte da controladora e participantes (empregados ativos, empregados da FAELBA e assistidos - empregados inativos, aposentados e pensionistas), para atender as despesas futuras com a assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação de 100% do CDI.

(c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(d) Taxa Iluminação Pública - TIP - Corresponde a valores arrecadados a serem repassados às Prefeituras.

(e) Adiantamentos recebidos - referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão.

(f) Conforme estabelecido no Manual de Operacionalização Financeira do Programa Luz para Todos o resultado do processo de encerramento do crédito do Contrato ECFIS-239/2008 e aditivo, aprovado pela Eletrobras, MME e Coelba, resultou em saldo a ser devolvido, no montante de R\$ 70.189, a título de restituição de adiantamentos de recursos de RGR e CDE. Os recursos a serem devolvidos serão atualizados pela taxa SELIC desde a data de aprovação do processo de encerramento do crédito até o dia do efetivo pagamento.

(g) Aquisição dos ativos de baixa tensão de propriedade das cooperativas existentes dentro da área de concessão da Celpe, conforme acordo celebrado entre a CELPE e as Cooperativas em 6/9/2012. A metodologia aplicada para avaliação dos ativos foi a definida pela Aneel através da Resolução 338/2008, alterada pela Resolução 457/2011.

27 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2012 e 2011, subscrito e integralizado é de R\$ 4.739.025.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Lote de Mil Ações		%
	Única	Ações Ordinárias	
Iberdrola Energia S.A.	2.281.748	39,00	
Previ - Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.301.396	22,24	
BB - Banco de Investimentos S.A.	701.327	11,99	
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.566.165	26,77	
Total	5.850.636	100,00	

Acionistas	RS Mil		%
	Única	Ações Ordinárias	
Iberdrola Energia S.A.	1.848.220	39,00	
Previ - Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.054.133	22,24	
BB - Banco de Investimentos S.A.	568.076	11,99	
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.268.596	26,77	
Total	4.739.025	100,00	

Reserva de Lucro

Reserva de Incentivo Fiscal nas controladas

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o Artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do trimestre, e posteriormente será transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

Por conta disso, a Coelba, Cosern, Celpe, Itapebi e Termopernambuco formalizaram pleito à Sudene/Adene e obtiveram o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais, conforme a seguir:

Empresa	Laudo constitutivo nº	Redução
COELBA	0145/2011	75%
COELBA	0144/2005	75%
COELBA	0039/2002	25%
CELPE	0157/2010	75%
CELPE	0039/2002	25%
COSERN	0183/2010	75%
COSERN	0038/2002	25%
ITAPEBI	0307/2003	75%
TERMOPE	0118/2005	75%
TERMOPE	0119/2005	75%

A Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco apuraram, respectivamente até 31 de dezembro de 2012, os valores de R\$ 136.802, R\$ 0,00, R\$ 44.866, R\$ 35.811 e R\$ 0,00 (143.060, R\$ 40.628, R\$ 32.951, R\$ 28.131 e R\$ 11.497 em 31 de dezembro de 2011 respectivamente) de incentivo fiscal SUDENE, calculados com base no Lucro da Exploração. Conforme descrito na nota 3, em atendimento aos requerimentos da Lei nº 11.638/07 o efeito do benefício fiscal passou a ser contabilizado no resultado do exercício das controladas. As controladas excluem esse efeito para fins e cálculo dos dividendos, conforme permitido para Lei nº 11.638/07.

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A Lei das S.A. permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2012, a Neoenergia mantém em seu patrimônio líquido Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 6.152.538 (R\$ 5.551.908 em 31 de dezembro de 2011) a qual foi constituída de acordo com o Artigo nº 196 da Lei das S.A., visando a realização de investimentos futuros.

Outros resultados abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários. Até 31 de dezembro de 2011, os ajustes decorrentes da atualização monetária dos ativos financeiros de concessão às distribuidoras foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, impactando a Controladora quando da aplicação da equivalência sobre esses resultados, correspondendo esses, a totalidade do Resultado Abrangente auferido na Controladora até essa data. A partir de 2012 somente será reconhecido em Outros Resultados Abrangentes os ajustes a valor justo dos ativos financeiros de concessão das distribuidoras, trazidos por equivalência; e demais resultados abrangentes auferidos na controladora decorrentes de alterações no capital social de suas investidas ajustados por equivalência diretamente no patrimônio, pois não decorreram do resultado do exercício.

28 Receita Líquida

Segue a composição da receita líquida da controladora e consolida por natureza e suas deduções:

	Ref.	31/12/12		31/12/11	
		R\$	MWh (*)	R\$ mil	MWh (*)
Fornecimento de energia elétrica	(a)	6.336.729	5.168.957	5.973.615	5.025.348
Receita de operação e manutenção		363.114	143.609	318.619	82.872
Remuneração financeira wacc	(b)	7.545.037	7.101.299	7.446.898	7.066.288
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(c)	98.139	35.011	23.798	23.798
Receita pela disponibilidade da rede elétrica		1.905.148	1.439.120	235.257	203.536
Receita de operação e manutenção		16.370.061	14.019.582	(-) Deduções da receita bruta	(e)
Remuneração financeira wacc		(4.559.433)	(4.248.733)		
Receita de concessão		11.810.628	9.770.849		
Receita de construção da infraestrutura da concessão					
Outras receitas	(d)				
Total receita bruta		16.370.061	14.019.582		
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(4.559.433)	(4.248.733)		
Total		11.810.628	9.770.849		

(a) Fornecimento de Energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Consolidado					
	"Nº de Consumidores Faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Consumidores:						
Residencial	8.438.933	8.191.569	11.157.382	10.820.435	5.066.091	4.445.977
Industrial	37.397	38.573	4.907.196	6.207.219	1.708.079	1.927.556
Comercial	595.358	586.515	5.932.413	5.786.543	2.929.896	2.653.073
Rural	427.020	436.890	2.401.861	1.991.274	537.756	437.257
Poder público	80.839	80.266	1.486.435	1.409.109	677.812	605.904
Iluminação pública	27.341	26.567	1.329.879	1.321.274	310.858	290.289
Serviço público	14.408	13.224	1.689.151	1.610.153	475.673	423.274
Consumo próprio	745	712	31.775	32.204	-	-
Suprimento	163	161	9.134.590	8.986.615	1.060.323	823.383
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo (1)					(7.127.350)	(6.806.987)
Total	9.622.204	9.374.477	38.070.682	38.164.826	5.748.333	4.810.003
Subvenção à tarifa social baixa renda					588.396	358.954
Total	9.622.204	9.374.477	38.070.682	38.164.826	6.336.729	5.168.957

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "túnd média" calculada a partir da túsnd homologada para consumidores cativos.

(*) Informações não auditadas.

(b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE
Os montantes de receitas/despesas faturadas e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pelas Companhias do grupo.

(c) Disponibilização do Sistema de Distribuição

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD refere-se basicamente à venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Ref.	Consolidado	
		31/12/12	31/12/11
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		417.688	294.312
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor livre		7.127.349	6.806.987
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo	(1)	(7.545.037)	(7.101.299)
Total		7.545.037	7.101.299

(1) Vidas comentadas nota (a), acima.

(d) Outras receitas

	Consolidado	
	31/12/12	31/12/11
Renda da prestação de serviços	44.038	36.804
Arrendamentos e alugueis	76.223	79.016
Serviço taxado	20.547	11.741
Taxa de iluminação pública	16.267	14.779
Administração de faturas de fraudes	(9.236)	(1.904)
Comissão serviços de terceiros	4.855	5.326
Multa infração consumidor	7.371	21.372
Recuperação comercialização de energia	14.946	-
Indenização sinistro	4.700	-
Fornecimento de vapor	44.674	31.756
Outras receitas	10.872	4.646
Total	235.257	203.536

(e) Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Consolidado	
	31/12/12	31/12/11
Deduções da receita bruta		
Impostos:		
IGMS	(2.611.705)	(2.377.395)
PIS	(244.398)	(212.324)
COFINS	(1.125.004)	(978.985)
ISS	(10.319)	(8.800)
Encargos Setoriais:		
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(84.266)	(99.676)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(75.516)	(68.036)
Subvenção - Conta Consumo de Combustível - CCC	(276.197)	(388.205)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(45.330)	(36.671)
Taxa Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(16.564)	(14.246)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(8.282)	(7.123)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(29.397)	(26.928)
Encargos do consumidor - PROINFA	(4.572)	(3.883)
Encargos do consumidor - Tesouro Nacional	(24.365)	(21.369)
Outros	(3.038)	(5.092)
Total	(4.559.433)	(4.248.733)

(f) Reajuste tarifário 2012 (não auditado)

	31/12/12		
	COELBA	CELPE	COSEERN
Receita Anual (RA)	4.561.432	3.046.212	1.160.739
Encargos Setoriais	415.751	278.043	109.806
Compra de Energia Elétrica	2.273.278	1.665.122	619.817
Transporte de Energia	283.208	188.529	79.561
Parcela A	2.972.237	2.132	809.184
Remuneração Bruta de Capital - Parcela B	1.932.837	1.149.086	464.204
Receita Requerida (Parcela A + B)	4.905.074	1.151.218	1.273.388
CVA e Neutralidade	(59.023)	(30.134)	-
Componentes Financeiros	151.602	30.356	20.438
Subsídios Tarifários	63.426	28.931	17.061
Total Comp. Financeiros e Subsídios	156.594	265	7.365
Reajuste Econômico ((2)/(1))	7,53%	7,70%	9,70%
Componentes Financeiros e Subsídios ((3)/(2))	3,19%	0,01%	0,58%
Reajuste Tarifário Total ((4)+(5))	10,72%	7,71%	10,28%
Reajuste Percebido pelo Consumidor (*)	6,57%	5,40%	6,43%

(f.1) Coelba

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.282 de 17 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2012, homologou o resultado do Reajuste Tarifário anual da Companhia, em 10,73%, sendo 7,53% relativo ao reajuste econômico e de 3,19% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 6,57% a ser percebido pelos consumidores cativos. As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2012 com vigência até 21 de abril de 2013. Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 7,36%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residenciais e baixa renda, o aumento médio foi de 6,15%.

(f.2) Celpe

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.283, de 24 de abril de 2012, publicada no diário oficial da união de 27 de abril de 2012, fixou em 7,71% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 7,70% relativos ao reajuste tarifário anual e 0,01% aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 5,41%. Coincidentemente este efeito médio se mantém o mesmo para os clientes atendidos tanto em baixa tensão (residências e outros) quanto em alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 29 de abril de 2012 a 28 de abril de 2013.

(f.3) Cosern

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.279, de 18 de abril de 2012, publicada no diário oficial da união de 20 de abril de 2012, fixou em 10,28% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 9,70% relativos ao reajuste tarifário anual e 0,58% aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 6,43% sendo 6,05% para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 7,35% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 22 de abril de 2012 a 21 de abril de 2013.

29 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Ref.	Controladora	
		31/12/12	31/12/11
Despesas			
Pessoal	(a)	(5.935)	



→ **Continuação**

Empresas	Ref.	Natureza de Operação	Consolidado					
			31/12/12			31/12/11		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Amara Brasil		Prestação de serviço (almoxarifado)	-	622	(3.914)	-	951	(3.775)
		Reembolso de despesa	-	-	-	-	-	(34)
			-	622	(3.914)	-	951	(3.809)
Performace Participações		Dividendos	-	-	-	-	1.305	-
			-	-	-	-	1.305	-
Outros minoritários		Dividendos	-	11.088	-	-	3.984	-
		Juros sobre capital próprio	-	4.186	(2.265)	-	3.558	(416)
		Outros	2.320	-	-	-	-	-
			2.320	15.274	(2.265)	-	7.542	(416)

(1) Referem-se aos adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela Neoenergia.
 (2) Refere-se a contratos de mútuo da Neoenergia com suas controladas com a finalidade de disponibilizar recursos até a concretização de aportes de capital.
 (3) Refere-se ao contrato de benefício da controlada Celpe com a Celpos, com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.
 (4) Contratos de Empréstimos e Aplicações Financeiras.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº 20/00863-5, com vencimento em 18 de abril de 2014, corrigido mensalmente com base no IRP.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº 342.901.057, com vencimento em 24 de abril de 2015, corrigido mensalmente com base no CDI.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº 20/00852-X, com vencimento em 14 de abril de 2014, corrigido anualmente com taxa efetiva de 12,149%.

Banco do Brasil - Contrato BB AGRO 1 com vigência até abril de 2014, corrigido pela taxa de juros de 12,149% a.a. (com swap de 99,5% do CDI). Contrato BB AGRO 2 com vigência até janeiro de 2014, corrigido pela taxa de juros de 98,5% do CDI.

(5) Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado. A Administração da Companhia entende que todas as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

A remuneração total dos administradores para os doze meses findos em 31 de dezembro de 2012 é R\$ 4.654 (R\$ 4.010 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e no consolidado no montante de R\$ 14.774 (R\$ 12.627 em 31 de dezembro de 2011), o qual é considerado benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

33 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, as Companhias do Grupo efetuaram uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos financeiros das Companhias do Grupo seguem o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, o Grupo segue a Política de Crédito que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem *rating* considerado estável ou muito estável.

Gestão do capital social

As Controladas e a Controladora promovem a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários - Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata.
- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

• Empréstimos, financiamentos e debêntures

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão do Grupo e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) - São considerado como item objeto de *hedge*, e está contabilizado pelo seu valor justo.

✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

✓ Debêntures em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada à variação cambial são considerados como itens objeto de *hedge*, e estão contabilizados pelos seus valores justos.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de *hedge*, e estão contabilizados pelos seus valores justos.

• Instrumentos financeiros derivativos:

✓ Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais - têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada à variação cambial sem nenhum caráter especulativo.

✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros - consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de *hedge accounting*. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge (hedge accounting)*.

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com a CPC 40:

Ativo	Ativos (Passivos)			
	31/12/12		31/12/11	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	4.261.877	4.261.877	4.074.308	4.074.308
Títulos e valores mobiliários	226.410	226.410	346.880	346.880
Contas a receber de clientes e demais contas a receber (a)	2.658.153	2.658.153	3.000.172	3.000.172
Fundos vinculados	-	-	-	-
Passivo				
Fornecedores	(1.163.794)	(1.163.794)	(870.046)	(870.046)
Empréstimo em moeda nacional				
Banco do Brasil (NCC)	(406.653)	(406.653)	(372.471)	(372.471)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(4.740.400)	(4.740.400)	(4.290.027)	(4.290.027)
Debêntures em moeda nacional	(1.199.508)	(1.199.332)	(1.548.399)	(1.570.142)
Empréstimos, financ. e debêntures em moeda estrangeira	(1.309.039)	(1.309.039)	(313.288)	(313.288)
Instrumentos financeiros derivativos	32.071	32.071	(30.294)	(30.294)

(a) Líquidos da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD.

CPC 40 Níveis de Hierarquia do Valor Justo

- Nível 1 - Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;
- Nível 2 - Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 - Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando *swap* dólar para CDI, IGP-M e troca de taxa de juros, utilizando *swap* de taxa prefixada para CDI, conforme descrito a seguir:

✓ Operação de "hedge" para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

✓ Operação de "hedge" para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política do Grupo não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de *hedge*, vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Valor Justo	
					Moeda Estrangeira		Moeda Local			
					31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11		
Contratos de swaps:										
Coelba										
Swap										
Ativa	Bancos Santander e Citibank	15/06/09 / 22/06/10	26/06/2013	USD 6M LIBOR + 1% a.a./ USD 6M LIBOR + 1,875% a.a.	USD 150.000	USD 150.000	R\$ 282.704	R\$ 284.400	310.422	275.428
Passiva	Merrill Lynch e BNP Paribas	26/08/10 / 10/12/10	26/06/2015	106,75%/107,25%/101,61%/101,72%/103,27%/100,40% e 102,87% do CDI	-	-	-	-	282.933	284.641
					-	-	-	-	27.489	(9.213)
Swap										
Ativa	Banco Votorantim	30/07/04	27/01/14	USD + 13,4853% a.a.	USD 2.979	USD 4.847	R\$ 9.003	R\$ 14.646	12.599	17.475
Passiva				IGPM + 13,95% a.a.	-	-	-	-	43.319	57.875
					-	-	-	-	(30.720)	(40.400)
Swap										
Ativa	Banco de Tokyo	03/12/12	14/06/18	114,29% * (Libor 3M + 0,80% a.a.)	USD 50.000	-	R\$ 104.005	-	96.988	-
Passiva				CDI + 0,60% a.a.	-	-	-	-	104.305	-
					-	-	-	-	(7.317)	-
Swap										
Ativa	Bank of America	13/11/12/								
Passiva	Merrill Lynch	16/11/12/19/11/12	14/06/18	117,65% * (Libor 3M + 1,70% a.a.) CDI + 0,552% a.a./ CDI + 0,60% a.a. / CDI + 0,61% a.a.	USD 200.000	-	R\$ 415.500	-	409.944	-
					-	-	-	-	416.696	-
					-	-	-	-	(6.752)	-
Swap										
Ativa	Banco do Brasil	06/05/2010	14/04/2014	12,16% a.a.	-	-	R\$ 100.000	R\$ 100.000	143.694	124.992
Passiva				99,5% do CDI	-	-	-	-	128.937	118.978
					-	-	-	-	14.757	6.014
Celpe										
Swap										
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/26	Euro + 2% a.a.	311	334	R\$ 837	R\$ 807	930	815
Passiva				72,5% do CDI	-	-	R\$ 785	R\$ 843	748	876
					-	-	-	-	182	(61)
Swap										
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/16	Euro + 4% a.a.	1.682	2.163	R\$ 4.571	R\$ 5.235	4.857	5.390
Passiva				92% do CDI	-	-	R\$ 4.251	R\$ 5.465	4.260	5.663
					-	-	-	-	597	(273)
Swap										
Ativa	Banco do Brasil	06/05/10	14/04/14	12,16 a.a.	-	-	R\$ 175.323	R\$ 175.323	208.356	181.240
Passiva				99,5% do CDI	-	-	R\$ 172.519	R\$ 172.519	186.957	172.519
					-	-	-	-	21.399	8.721
Cosern										
Swap										
Ativa	Bank of American	08/04/11	06/05/16	USD 6M LIBOR + 2,39% a.a.	-	USD 0	-	R\$ 15.000	19.777	16.989
Passiva				CDI - 6% a.a.	-	-	-	-	15.162	15.258
					-	-	-	-	4.615	1.731
Swap										
Ativa	Banco do Brasil	06/05/2010	14/04/14	12,16% a.a.	-	-	R\$ 0	R\$ 53.000	76.157	66.245
Passiva				99,5% do CDI	-	-	R\$ 0	R\$ 0	68.336	63.058
					-	-	-	-	7.821	3.187
Termope										
Swap										
Ativa	Banco de Tokyo	03/12/12	14/06/18	USD + 2,95% a.a. 2013 a 2014/USD + 3,20% 2015 a 2017	-	-	USD 58.680	R\$ 120.000	121.340	-
Passiva				110% CDI	-	-	-	-	120.887	-
					-	-	-	-	453	-

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de Risco

- Riscos financeiros
- ✓ Risco de variação cambial
- Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada à variação cambial captadas no mercado. O Grupo, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2012, operações de "hedge" cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.
- No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Grupo apurou um resultado positivo nas operações de "hedge" cambial no montante de R\$ 10.661.
- A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado do Grupo, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.
- Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Risco	cenário Provável	cenário (II)	cenário (III)	R\$ Mil
Dívida em Dólar	Alta do Dólar	(164.587)	(205.618)	(246.741)	
Swap Ponta Ativa em Dólar	Queda do Dólar	204.107	208.766	250.520	
Exposição Líquida		2.519	3.149	3.779	

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, considerando no cenário provável a projeção de taxa de câmbio divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

✓ Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas prefixadas, possui derivativo e utiliza *swap* de taxa prefixada para CDI. Ainda assim, o Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As Companhias do Grupo possuem, em 31 de dezembro de 2012, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item "Risco de variação cambial", a empresa possui *swaps* para cobertura das dívidas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial, trocando a exposição à variação do Dólar pela exposição à variação do CDI e IGP-M. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI e IGP-M. As Companhias do Grupo possuem contratos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 1.659.936 registrados pelo valor contábil



➔ **Continuação**

As contribuições pagas ou provisionadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram as seguintes:

	31/12/12			31/12/11		
	Faelba	Fasern	Celpos	Faelba	Fasern	Celpos
Custo do Imobilizado em Curso	(3.359)	764	109	(2.745)	458	117
Despesas Operacionais	(5.958)	296	13.244	(5.392)	(3.611)	12.674
Total	(9.317)	1.060	13.353	(8.137)	(3.153)	12.791

Avaliação Atuarial dos Planos Previdenciários

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários foi adotado o método do crédito unitário projetado. Os pareceres atuariais, emitidos por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira dos planos previdenciários mantidos pelas Fundações, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estão resumidos a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 600, de 7/10/2009 e CPC 33. Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	Faelba			Fasern			Celpos		
	Nº 1 - CD	Nº 2 - BD	Nº 2 - BD	Nº 1 - CD	Nº 2 - BD	Nº 2 - BD	Nº 1 - CD	Nº 2 - BD	Nº 2 - BD
ATIVOS E PASSIVOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/11
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	6.258	4.955	305.127	252.081	762	578	78.883	65.216	729
Valor justo dos ativos do plano	3.412	1.357	369.092	374.233	747	381	107.197	100.233	(4.876)
Déficit/(superávit) para planos cobertos	2.846	3.598	(63.965)	(122.152)	15	197	(28.314)	(35.017)	(4.147)
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	(1.043)	(1.911)	(7.087)	(6.360)	(46)	(199)	2.287	2.287	1.604
Efeito do limite de Parágrafo 588 (1)	-	-	53.716	111.176	-	-	19.875	29.570	1.774
Passivo/(ativo) atuarial líquido total	1.803	1.687	(17.338)	(17.338)	(31)	(2)	(6.152)	(3.160)	(769)
Limite do "corredor" para reconhecimento no resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	488
(1) Refere-se à parte do superávit acumulado do Plano BD não atribuível à Companhia na observância da proporção contributiva (50%) no período em que se deu a constituição do superávit. O valor calculado está em conformidade com o parágrafo 588 da Deliberação CVM nº 600/09.	-	-	-	-	-	-	-	-	315

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Faelba			Fasern			Celpos		
	Nº 1 - CD	Nº 2 - BD	Nº 2 - BD	Nº 1 - CD	Nº 2 - BD	Nº 2 - BD	Nº 1 - CD	Nº 2 - BD	Nº 2 - BD
Custo do serviço corrente (com juros, líquido da contribuição do participante)	381	277	55	2	60	48	-	-	62
Juros sobre as obrigações atuariais	587	488	26.508	23.950	70	58	6.850	6.151	101
Rendimento esperado dos ativos do plano	(195)	(264)	(38.091)	(39.796)	(51)	(88)	(10.446)	(10.328)	(392)
Amortização de (ganhos) ou perdas atuariais líquidos	126	10	68.388	-	10	(23)	10.298	1.289	(761)
Efeito do limite de parágrafo 588 (1)	-	-	(57.459)	-	91	-	(9.695)	4.091	1.774
Total do plano	900	511	-	22.016	12	(5)	(2.993)	1.203	784
Rendimento efetivo dos ativos do plano	1.264	1.188	22.096	35.753	240	(439)	14.287	13.074	784

Conforme previsto na Deliberação CVM nº 600/09, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida, como receita ou despesa, em um plano de benefício definido é o valor dos ganhos e perdas não reconhecidos que exceder, em cada período, ao maior dos seguintes limites:

- 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e
- 10% do valor justo dos ativos do plano.

As movimentações no valor presente da obrigação com benefícios definidos são os seguintes:

	Faelba			Fasern			Celpos		
	Nº 1 - CD	Nº 2 - BD	Nº 2 - BD	Nº 1 - CD	Nº 2 - BD	Nº 2 - BD	Nº 1 - CD	Nº 2 - BD	Nº 2 - BD
Valor das obrigações no início do ano	4.955	4.237	252.081	234.587	578	489	65.216	59.753	843
Custo do serviço corrente bruto (1)	381	277	55	2	60	48	-	-	63
Juros sobre obrigação atuarial	587	488	26.508	23.950	70	58	6.850	6.151	101
Contribuições de participantes vertidas no ano	7	9	-	12	5	3	-	-	17
(Ganho)/perda atuarial	327	(55)	53.720	20.718	49	(20)	14.140	5.238	(295)
Benefícios pagos no ano	-	-	(27.237)	(27.188)	-	-	(7.324)	(5.926)	(243)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	6.258	4.956	305.127	252.081	762	578	78.882	65.216	729

(1) Com juros, líquido da contribuição do participante.

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são os seguintes:

	Faelba			Fasern			Celpos		
	Nº 1 - CD	Nº 2 - BD	Nº 2 - BD	Nº 1 - CD	Nº 2 - BD	Nº 2 - BD	Nº 1 - CD	Nº 2 - BD	Nº 2 - BD
Valor justo dos ativos no início do ano	1.357	1.832	374.233	365.643	381	712	100.233	93.084	3.146
Rendimento esperado no ano	195	264	38.091	39.796	51	88	10.446	10.328	392
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	1.069	(1.452)	(15.995)	(4.043)	189	(526)	3.842	2.746	444
Contribuições da patrocinadora	784	704	-	12	121	104	-	-	474
Contribuições de participantes	7	9	-	12	5	3	-	-	17
Benefícios pagos pelo plano	-	-	(27.237)	(27.188)	-	-	(7.324)	(5.926)	-
Valor justo dos ativos no final do ano	3.412	1.357	369.092	374.232	747	381	107.197	100.232	4.876

A Deliberação CVM nº 600/09, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 - Benefícios a Empregados, determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

Principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2012 e 2011:

	FAELBA		FASERN		CELPOS	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Principais premissas atuariais						
Taxa de desconto para valor presente da obrigação atuarial	9,20%	9,20%	8,89%	10,99%	9,56%	10,99%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	9,20%	9,20%	8,89%	11,73%	9,56%	11,49%
Índice estimado de aumentos salariais futuros	4,00%	4,00%	7,10%	7,10%	6,58%	6,58%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Fator de capacidade benefício/salário	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%
Tábua geral de mortalidade	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83	UP-84 Masculina	UP-84 Masculina
Tábua de entrada de inválidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média	50% Light-Fraca	50% Light-Fraca

36 Informações por Segmento

Os segmentos operacionais da Companhia são internamente organizados principalmente como entidade jurídica. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Geração, transmissão, Comercialização e Administração central e outros. A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca-lhes recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes. As informações sobre ativos e passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pela administração na gestão dos segmentos. A administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios. Cada segmento é tratado de forma independente e detém profissionais com experiência própria em cada segmento. As operações da empresa estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pela Administração.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

	Distribuição		Geração		Transmissão		Comercialização		Administração Central e Outros		Eliminações e Ajustes		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/2012	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
RECEITA LÍQUIDA	10.777.811	9.031.164	1.455.914	1.323.186	28.242	34.008	694.875	457.576	27.513	39.109	(1.173.727)	(1.114.194)	11.810.628	9.770.849
CUSTO DO SERVIÇO	(7.822.459)	(6.194.060)	(880.796)	(695.929)	(10.401)	(11.677)	(655.918)	(454.985)	(18.650)	(14.708)	1.173.727	1.113.348	(8.214.537)	(6.258.011)
LUCRO BRUTO	2.955.352	2.837.104	575.118	627.257	17.841	22.331	38.957	2.591	8.823	24.401	-	-	3.596.091	3.512.838
Despesas com vendas	(1.057.306)	(707.226)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.057.306)	(707.226)
Despesas gerais e administrativas	(503.921)	(384.428)	(51.377)	(45.088)	(674)	(721)	(118)	(3)	(26.495)	(21.851)	242	1.520	(582.343)	(450.571)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(819)	2.807	-	-	2.925	3.559	1.408.158	(1.164.567)	(1.414.051)	(1.414.051)	(1.506)	473
(-) Provisão para desvalorização do investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(51.245)
Amortização do ativo	-	-	(1.164)	(873)	-	-	-	-	(96.357)	(99.425)	-	-	(97.521)	(101.298)
IMPOSTOS	1.394.125	1.745.450	521.758	584.103	17.167	21.610	41.764	6.147	1.046.926	1.290.038	(1.184.325)	(1.413.377)	1.857.415	2.203.971
Receta financeira	607.825	534.671	70.741	48.611	3.054	4.061	7.164	2.526	246.855	333.894	(18.874)	(3.179)	916.765	920.584
Despesa financeira	(762.260)	(815.091)	(188.448)	(160.205)	(337)	(1.631)	(3.884)	(2.607)	(22.309)	(34.343)	31.758	4.496	(945.480)	(1.009.381)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE LUCRO	1.239.690	1.465.030	404.052	472.509	18.884	24.040	45.044	6.066	1.271.472	1.559.589	(1.151.442)	(1.412.060)	1.828.700	2.115.174
Imposto de renda e contribuição social	(173.191)	(198.997)	(80.555)	(63.763)	(2.193)	(2.723)	(13.455)	(1.067)	(6.556)	(3.527)	-	-	(2.950.700)	(2.707.077)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	1.066.499	1.266.033	323.497	408.746	17.691	21.317	31.589	4.999	1.264.916	1.556.062	(1.151.442)	(1.412.060)	1.527.750	1.845.097
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(276.619)	(293.469)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR SEGMENTO	1.066.499	1.266.033	323.497	408.746	17.691	21.317	31.589	4.999	1.264.916	1.556.062	(1.151.442)	(1.412.060)	1.276.131	1.551.628

37 Questões Ambientais

A Companhia e suas controladas pautam sua conduta pela preservação do Meio Ambiente e respeito à legislação ambiental e vem garantindo a melhoria do Sistema de Gestão Ambiental - SGA, criado em 2005 cujas ações voltadas para a sustentabilidade são diversas e cada vez mais arraigadas ao negócio da Empresa.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Neoenergia S.A., tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2012, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanço social, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela contadora da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers e do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2013

Marco Giovanne Tobias da Silva
Presidente

Antônio Maurício Maurano
Eduardo Capelastegui
Gonzalo Pérez Fernandes
Jacques Pena
Jorge Luiz Pacheco
Lísicio Fábio Brasil Camargo

Maria da Glória Guimarães dos Santos
Mário José-Ruiz Tagle Larrain
Santiago Martinez

MEMBRAS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Giovanne Tobias da Silva
Presidente

Mário José-Ruiz Tagle Larrain
Vice-Presidente

Titulares

Jorge Luiz Pacheco
Jacques de Oliveira Pena
Maria da Glória Guimarães dos Santos
Lísicio Fábio de Brasil Camargo

Suplentes

André Luis Dantas Furtado
Ricardo Guarany de Oliveira Castro
Ari Sarmento do Valle Barbosa
Cecília Maria Habib de Sant' Anna Reis
José Carlos de Andrade Junqueira

CONSELHO FISCAL

Nilson Martiniano Moreira
Presidente

Titulares

Carlos Magno Jobim
Walter Malieni Junior

Suplentes

José Cassiano de Freitas
Francesco Gaudio

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Neoenergia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Neoenergia S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explic